



Maria Valentim

# Refeições Escolares e Ação Social: o caso do município de Coimbra

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação  
do Professor Doutor Paulo Peixoto, apresentado à Faculdade de Economia  
da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Maria Delfina Pereira Valentim

# Refeições Escolares e Ação Social: o caso do município de Coimbra

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor  
Doutor Paulo Peixoto, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Imagem da Capa: Picasso – *The frugal Meal*

Créditos da imagem da capa: Emily Barney - <http://www.flickr.com/photos/ebarney/>

Sob licença Creative Commons

*O esforço dos anos académicos dedico-o a cinco das pessoas mais importantes:*

*À minha mãe, Rosa e ao meu pai, Alberto;*

*À minha irmã Florbela e ao meu irmão Zé;*

*À minha eterna amiga e irmã conimbricense, Tatiana.*

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho culmina com a concretização de um sonho e o fim de mais uma etapa na minha vida. Porque esta fase concretizou-se com o empenho, carinho e apoios de diversas pessoas a quem devo palavras especiais de agradecimento. É, com toda a amabilidade que, hoje, posso particularizar e dirigir um agradecimento sincero e especial aos que em mim acreditaram.

Em primeiro lugar, um enorme e eterno obrigado à minha Família. São, sem dúvida, o pilar mais importante da minha vida, o meu orgulho. Sem o esforço, apoio e compreensão de cada um de vós, este sonho não seria possível. À minha mãe e ao meu pai, por serem heróis e exemplos de vida e luta. À minha irmã e ao meu irmão pela enorme paciência e compreensão, pelos sorrisos que me arrancavam quando estava mais em baixo.

Ao Professor Doutor Paulo Peixoto, pelo apoio e sabedoria prestados. Pela sua constante preocupação.

À Sílvia Silva, pela sua constante disponibilidade e pelos seus conhecimentos informáticos.

À Dr.<sup>a</sup> Isabel Geraldo, pelo carinho e apoio com que me recebeu na DECMC. Pelos ensinamentos que me transmitiu, pela capacidade de lutar, pela constante preocupação.

Um obrigado à DECMC por me receberem e tornarem este estágio possível.

A todos(as) aqueles e aquelas, sem exceção, que ao longo destes seis anos, fizeram parte da minha vida conimbricense. Aos que vida me permitiu conhecer e privar, independentemente dos destinos que ela traçou para cada um de nós, um sincero obrigado. Pelos ensinamentos, pelo apoio, pelo carinho. Por tornarem deste sonho, Coimbra, tão especial e importante.

À minha tia Salete, ao meu tio Eduardo e às minhas primas, pela preocupação e gentil tradução, em tempo de férias. À restante família, pelo incansável apoio.

A todos(as) aqueles e aquelas que, em Caminha, sempre demonstram interesses, preocupação e apoio pelo meu percurso académico.

À Sara e à Lara. Pela amizade que persiste à distância e ao tempo, porque nunca me esqueci, nem esquecerei, os belíssimos anos de Viana do Castelo.

Por fim e não menos importante, à minha eterna e sempre irmã conimbricense, Tatiana. Pelo carinho, pela amizade, pelo apoio... por tudo. Sabes que, independentemente do que a vida nos reserve, serás sempre uma das pessoas mais importantes, levando-te no coração para todo o sempre. Serás sempre eterna. A ti e à tua família, obrigado.

Obrigado Coimbra, cidade eterna dos sonhos, por tudo o que hoje significas para mim. Na hora da despedida, levo-te, levo-vos, na alma para todo o sempre.

*Porque uma vez de Coimbra, para sempre serei Coimbra.*

*Maria Valentim*

## Resumo

O presente relatório resulta de um estágio realizado no Departamento de Educação, Desenvolvimento Social e Cultural da Câmara Municipal de Coimbra, entre 2 de janeiro de 2013 e 17 de maio de 2013. O estágio visou permitir uma melhor conhecimento das dinâmicas de funcionamento do Departamento e das suas competências funcionais. O relatório de estágio que aqui se apresenta, elaborado no âmbito do mestrado em Sociologia, pretende abordar, particularmente, a situação da ação social escolar no município de Coimbra, tendo por base fundamental a problemática das refeições escolares.

O município de Coimbra alterou, em 2011/2012, o sistema de confecção das refeições escolares, provocando inúmeras reclamações relativamente ao seu funcionamento. Um ano depois, o presente relatório procura aferir opiniões e averiguar o que mudou na opinião dos pais e encarregados de educação das crianças da Educação Pré-Escolar e dos(as) alunos(as) do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

É, igualmente, importante, numa perspetiva mais ampla e enquadradora da pesquisa efetuada, conhecer a evolução do sistema educativo em Portugal e a respetiva participação dos municípios no domínio da Educação.

Palavras-Chaves: Ação Social Escolar, Refeições Escolares, Educação Pré-Escolar, 1.º Ciclo do Ensino Básico, Educação, Coimbra.

## **Abstract**

This report is the result of an internship at the Department of Education, Social and Cultural Development of the Mayor of Coimbra, between January 2, 2013 and May 17, 2013. The stage aimed to allow a better understanding of the dynamic operation of the Department and its functional competencies. The report of stage that is presented here, drawn up within the framework of the masters degree in Sociology, intends to address, particularly the situation of social action school in the city of Coimbra, having by fundamental basis the problem of school meals.

The municipality of Coimbra has changed, in 2011/2012, of preparation of school meals causing numerous complaints to their operation. A year later, this report seeks to determine what has changed in the opinion of parents and carers of children of pre-school education and the students as 1. ° Primary School.

It is also important, a looming more wide and coming from research done, to understand the evolution of the education system in Portugal and the respective participation of municipalities in the area of Education.

Key Words: Social School Action, School Meals, Preschool Education, 1. ° Primary School Education, Education, Coimbra

## Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vi
Índice de Siglas	viii
Índice de Figuras e de Tabelas	ix
Índice de Gráficos	x

Introdução .....	11
------------------	----

### **Parte 1 | Caracterização da instituição de acolhimento**

1. Localização sociogeográfica do Município .....	13
2. A Câmara Municipal de Coimbra .....	14
3. Competências da DECMC.....	16
4. Enquadramento do estágio.....	17
5. Objectivos de estágio .....	17

### **Parte 2 | A Evolução em Portugal**

1. A evolução das políticas e as tentativas de descentralização da Educação .....	19
1.1. De 1974 até aos dias de hoje: a importância dos regulamentos.....	21
1.2. Caracterização atual da participação dos municípios na educação.....	26
2. Refeições escolares em Portugal.....	27
2.1. A evolução das refeições escolares.....	28
2.2. Caracterização atual do fornecimento de refeições escolares.....	34
3. A ação social escolar no município de Coimbra.....	36
4. Caracterização da procura educativa .....	42

### **Parte 3 | O inquérito**

1. Metodologia .....	45
2. Observação dos resultados obtidos .....	46
2.1. Caracterização da amostra inquirida.....	46
2.1.1. Análise social, geográfica e económica.....	46
2.1.2 A criança na base da resposta .....	48
2.1.3. Caracterização da ação social escolar .....	49
2.1.4. Estudo dos resultados sobre as refeições escolares .....	52
2.2. Principais conclusões .....	60
Conclusão.....	63
Referências bibliográficas.....	65



## Índice de Siglas

AEC's | Atividades de Enriquecimento Curricular

CCASE | Conselho Consultivo de Ação Social Escolar

CE | Carta Educativa

CEMC | Carta Educativa do Município de Coimbra

CMC | Câmara Municipal de Coimbra

CME | Conselhos Municipais de Educação

DE ou DECMC | Divisão de Educação da Câmara Municipal de Coimbra

DGIDC | Direção Geral da Inovação e do Desenvolvimento Curricular

DRE's | Direções Regionais de Educação

EPE | Educação Pré-Escolar

IPSS's | Instituições Particulares de Segurança Social

ISAE | Instituto de Ação Social Escolar

LBSE | Lei de Bases do Sistema Educativo

ME | Ministério da Educação

NASE | Núcleos de Ação Social Escolar

ONEM | Obra das Mães pela Educação Nacional

ONMP ou MP | Organização Nacional da Mocidade Portuguesa ou Mocidade Portuguesa

SASE | Serviços de Ação Social Escolar

## Índice de Figuras e de Tabelas

Figura 1   Estrutura orgânica completa da CMC .....	15
Tabela 1   Resumo das competências dos municípios portugueses .....	25
Tabela 2   Exemplo de reclamações no ano letivo de 2011/2012 .....	40
Tabela 3   Número de jovens matriculados no Pré-Escolar e Ensino Básico (2009 e 2011) .....	43
Tabela 4   Evolução da população no município de Coimbra entre 2001 e 2011 nas faixas etárias dos 0 aos 14 anos .....	43
Tabela 5   Motivos para a fraca utilização dos serviços de refeições escolares.....	53
Tabela 6   Motivos para a não utilização dos serviços de refeições escolares no próximo ano letivo de 2013/2014 .....	59

## Índice de Gráficos

Gráfico 1   Percentagem de reclamações no ano letivo 2011/2012, por categorias.....	39
Gráfico 2   Número total de reclamações por tipo de estabelecimento e categorias no ano letivo de 2011/2012.....	41
Gráfico 3   Sexo dos(as) inquiridos(as) por grupo etário.....	47
Gráfico 4   Idade da criança na base de resposta .....	49
Gráfico 5   Beneficiário(a) da ação social escolar .....	49
Gráfico 6   Rendimento mensal líquido do agregado familiar perante a situação na ação social escolar.....	50
Gráfico 7   Conhecimento sobre o apoio/auxílio da ação social escolar.....	51
Gráfico 8   Avaliação dos apoios/auxílios da ação social escolar.....	51
Gráfico 9   Frequência de utilização do serviço de refeições escolares.....	53
Gráfico 10   Percepção dos(as) inquiridos(as) sobre as refeições escolares .....	54
Gráfico 11   Conhecimento do espaço onde são servidas as refeições escolares.....	55
Gráfico 12   Avaliação do espaço de refeições escolares .....	55
Gráfico 13   Avaliação das ementas escolares .....	56
Gráfico 14   Conhecimento sobre a empresa responsável pelo fornecimento de refeições escolares .....	57
Gráfico 15   Percepção e avaliação da empresa .....	58
Gráfico 16   Utilização do serviço de fornecimento de refeições no próximo ano letivo de 2013/2014 .....	58

## Introdução

Coimbra, enquanto ‘cidade dos estudantes’, e por si apelidada de ‘cidade educadora’, possui um importante e significativo papel na construção de uma sociedade onde a Educação assuma um papel fundamental sobre as gerações vindouras. Recordando as palavras de Nelson Mandela, “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”, sendo, por conseguinte, expressivo o valor que a Educação assume.<sup>1</sup>

A conjuntura económica despoletada pela crise económica, em 2008, acarreta uma panóplia de alterações na sociedade portuguesa. Entre cortes e mais medidas de austeridade e o crescente aumento da taxa de desemprego, o setor da Educação não foge à regra dos cortes governamentais. É, por isso, importante compreendermos de que forma as autarquias locais conseguem fazer frente aos problemas de orçamento. Ou seja, entender de que forma a ação social escolar sofre com estas medidas.

É importante destacar uma particularidade que é necessária para melhor compreender este estudo. Como sabemos, a Educação Pré-Escolar é um grau de um ensino não obrigatório; ou seja, somente frequentado por crianças cujos pais ou encarregados de educação, pelos mais diversos motivos, assim o desejem. Independentemente do carácter obrigatório ou facultativo desse desejo, na verdade, não poderemos referir-nos a estas crianças como alunos ou estudantes. Tal designação só é possível a partir do 1.º ciclo do ensino básico e até à finalização do ensino secundário/ensino profissionalizante ou ensino superior. É, por conseguinte, importante não esquecer este pormenor.

A Câmara Municipal de Coimbra tem, ao longo dos anos, procurado investir na Educação enquanto arma do futuro. Um desses investimentos, realizado no âmbito da ação social escolar, incide sobre as refeições escolares. Assim, é importante compreendermos de que forma este apoio se concretiza e qual a percepção que os pais têm dele. Como sabemos, e em virtude da já referida crise, é na escola que muitas crianças tomam (em muitos casos) a única refeição do dia. Portanto, por todas as razões e mais uma, é importante apoiar estas

---

<sup>1</sup> Nelson Mandela nasceu a 18 de Julho de 1918, na África do Sul. Trata-se do líder do movimento contra o fim do Apartheid reinante naquele país, recebendo, em 1993, o Prémio Nobel da Paz. Advogado de profissão, é eleito, em 1994 (ficando no poder até 1999), Presidente da República da África do Sul, tratando-se da primeira eleição multirracial. Em 2006, foi premiado pela Amnistia Internacional pela sua luta em favor dos direitos humanos.

crianças e respetivas famílias, de modo a fazer frente às dificuldades enfrentadas pelas famílias.

O presente relatório encontra-se estruturado em três partes. A primeira procura fazer uma “Caracterização da Instituição de Acolhimento”, explicando, de forma sucinta, o funcionamento da Câmara Municipal de Coimbra, bem como os objetivos do estágio que aí realizei.

A segunda parte aborda a evolução da “Educação em Portugal”. Aqui, desenvolvo a evolução das políticas educativas e de ação social escolar, assim como a questão concreta das refeições escolares, que, ao longo dos tempos, viu as suas funções e o seu estatuto alterados. Nesta parte procedo ainda ao enquadramento da ação social escolar no Município de Coimbra.

Por fim, na terceira parte, analiso os resultados obtidos no inquérito realizado junto dos pais e encarregados de educação das crianças do ensino pré-escolar e dos(as) alunos(as) do 1.º ciclo do ensino básico do Município de Coimbra.

## Parte 1 | Caracterização da instituição de acolhimento

*Não podendo situar-se fora de um determinado contexto político, económico e social, o sistema educativo deve, antes de mais, ser considerado como uma rede de interações complexas, que o obrigam a ter em conta a realidade social envolvente, de forma que este não seja considerado como uma ilha no seio dos restantes sistemas sociais.*

Mendonça<sup>2</sup>

### 1. Localização sociogeográfica do Município

Coimbra, enquanto sede de um município com, aproximadamente, 320 km<sup>2</sup> de área e cerca de 143 396 habitantes, encontra-se subdividida em 31 freguesias: Almedina, Santa Clara, Santa Cruz, Santo António dos Olivais, S. Bartolomeu, S. Martinho do Bispo, Sé Nova, Botão, Souselas, Trouxemil e Vil de Matos – como freguesias urbanas. Almalaguês, Ameal, Antanhol, Antuzede, Arzila, Assafarge, Brasfemes, Castelo Viegas, Ceira, Cernache, Eiras, Lamarosa, Ribeira de Frades, S. João do Campo, S. Martinho de Árvore, S. Paulo de Frades, S. Silvestre, Taveiro, Torre de Vilela e Torres do Mondego – como freguesias rurais.<sup>3</sup> Segundo a CEMC – Carta Educativa do Município de Coimbra – as freguesias com mais população são: Santo António dos Olivais, Eiras, São Martinho do Bispo, São Paulo de Frades e Santa Clara, sendo as freguesias do centro histórico da cidade aquelas que registam um menor crescimento demográfico – São Bartolomeu, Almedina e Santa Cruz.

O município encontra-se limitado a norte pelo município da Mealhada, a leste pelos municípios de Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, a sul por Condeixa-a-Nova, a oeste por Montemor-o-Velho e a noroeste pelo município de Cantanhede. Assim, os concelhos vizinhos de Condeixa-a-Nova, Lousã e Miranda do Corvo destacam-se pela expressiva mobilidade residencial que tem Coimbra como polo de atração.

---

<sup>2</sup> in Arroiteia, 1991 *apud* Mendonça, s.d.: 1

<sup>3</sup> Dados dos Censos de 2011.

No ano letivo de 2012/2013, a rede escolar pública do município de Coimbra era constituída por 66 escolas de ensino básico do 1.º ciclo e por 35 jardins de infância, distribuídos por 6 agrupamentos de escolas. Estes valores traduzem-se em 4 150 alunos(as) no 1.º ciclo do ensino básico e 1 119 crianças na educação pré-escolar.

## **2. A Câmara Municipal de Coimbra**

Os Paços Municipais da Cidade de Coimbra encontram-se localizados na Praça 8 de Maio, data que recorda a entrada das tropas liberais na cidade, em 1834. Porém, alguns dos seus departamentos e divisões, que integram os serviços municipais, situam-se no Pátio da Inquisição ou dispersam-se pela cidade de Coimbra, como é o caso do Departamento de Educação, Desenvolvimento Social e Cultural.

A CMC, enquanto órgão colegial do tipo executivo, encontra-se encarregue pela gestão permanente dos assuntos relativos ao Município de Coimbra e àqueles que nela habitam, segundo o artigo 13º da Lei 159/99 de 14 de setembro.

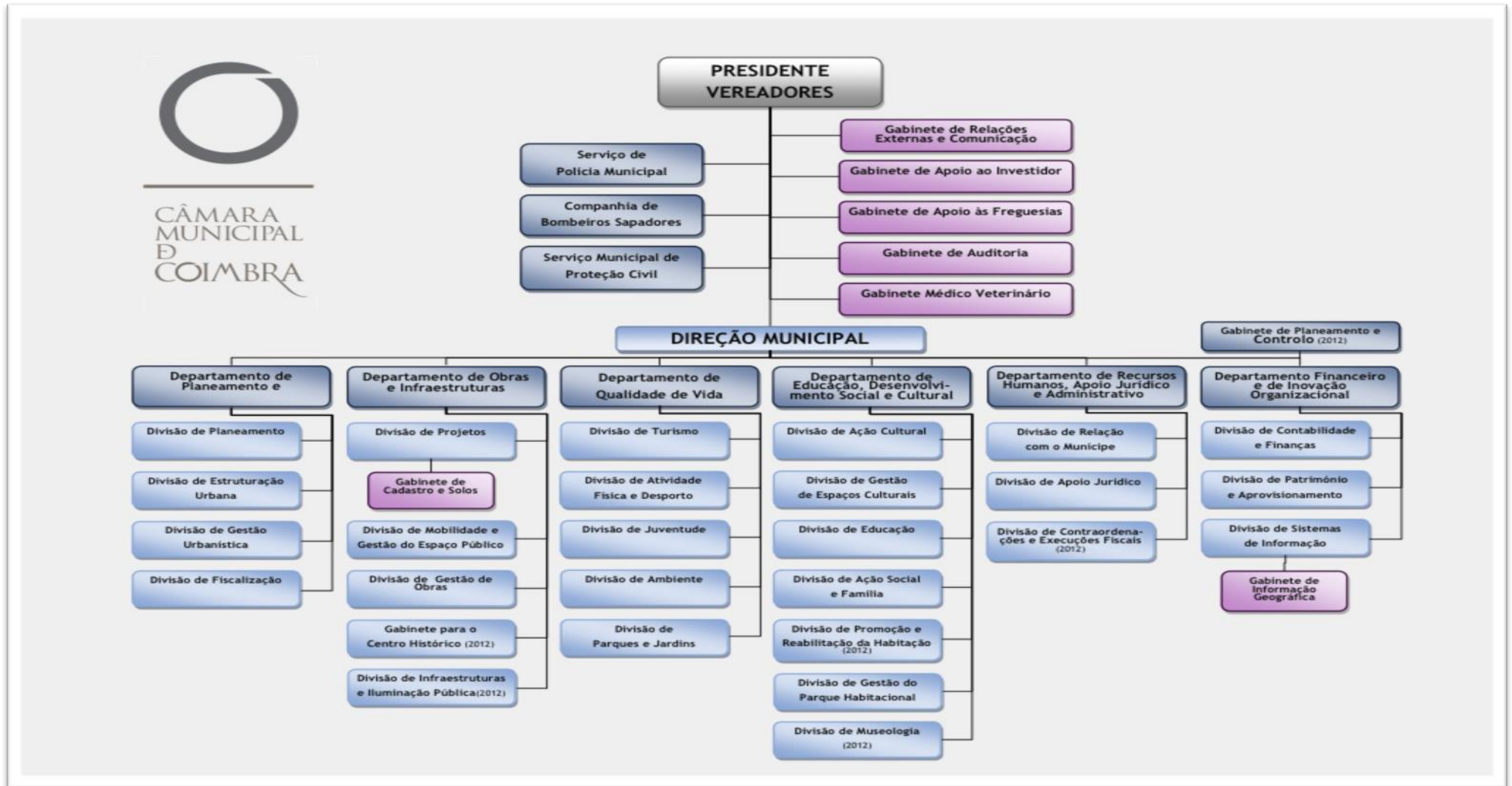
A CMC enquanto instituição representativa do poder local português, encontra-se estruturada em seis unidades orgânicas flexíveis, sendo eles, os departamentos de:

- a) Planeamento;
- b) Obras e Infraestruturas;
- c) Qualidade de Vida;
- d) Educação, Desenvolvimento Social e Cultural;
- e) Recursos Humanos, Apoio Jurídico e Administrativo;
- f) Financeiro e de Inovação Organizacional.

Cada um destes departamentos encontra-se integrado em unidades orgânicas nucleares; ou seja, divisões.

Por outro lado, em unidades orgânicas flexíveis não integradas em unidades orgânicas nucleares encontram-se o Gabinete de Relações Externas e Comunicação (GREC), o Gabinete de Apoio ao Investidor (GAI), o Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF), o Gabinete de Auditoria (GA) e o Gabinete Médico-Veterinário (GMV).

Figura 1 | Estrutura orgânica completa da CMC



Fonte: Câmara Municipal de Coimbra (2013)



### **3. Competências da DECMC**

Localizada em pleno centro da cidade de Coimbra, a Divisão de Educação encontra-se integrada no Departamento de Educação, Desenvolvimento Social e funciona na Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes (2.º piso), tendo como competências, segundo o artigo 28º do regulamento orgânico da Câmara Municipal de Coimbra, publicado no edital nº 40 de março de 2013:

- a) Apoiar o executivo na concepção e implementação de políticas e estratégias no domínio da educação, no âmbito das atribuições municipais, bem como na avaliação dos respetivos meios e programas;
- b) Promover a construção, qualificação, apetrechamento, manutenção e funcionamento dos equipamentos de educação legalmente abrangidos pela gestão municipal, em articulação com as competentes unidades orgânicas;
- c) Conceber, planear e promover o sistema educativo municipal, assegurando a monitorização e revisão da Carta Educativa do Município e a definição anual da rede educativa local em articulação com a Administração Central;
- d) Proceder ao levantamento das necessidades dos alunos mais carenciados e, em função delas, propor apoios financeiros no âmbito da ação social escolar para aquisição de manuais escolares, material escolar e didático, refeições e atividades de complemento curricular;
- e) Promover medidas que assegurem a igualdade de oportunidade aos alunos e procurem minimizar a exclusão social, em contexto escolar;
- f) Assegurar o fornecimento de refeições escolares aos alunos dos estabelecimentos de ensino legalmente abrangidos pela gestão municipal, garantindo as condições de higiene e segurança alimentar nos refeitórios escolares, bem como a qualidade e o equilíbrio nutricional das refeições servidas;
- g) Assegurar as atribuições do Município no âmbito dos transportes escolares;
- h) Promover o Projeto Educativo Municipal;
- i) Administrar o pessoal não docente dos jardins de infância e escolas legalmente abrangidas pela gestão municipal, em articulação com as Unidades de Gestão responsáveis pela respetiva gestão funcional;

- j) Assegurar a execução de atividades de enriquecimento curricular e a componente de apoio à família nos estabelecimentos de ensino legalmente abrangidos pela gestão municipal;
- k) Promover a participação do Município em ações internacionais em matérias educativa e promover a implementação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- l) Apoiar planos de atividades das escolas no âmbito de ações socioeducativas, projetos educacionais e de intercâmbio escolar e preparar as decisões de apoio às bibliotecas escolares, em articulação com as unidades orgânicas competentes.

#### **4. Enquadramento do estágio**

Realizado no âmbito do mestrado em Sociologia, o meu estágio curricular decorreu na Divisão de Educação do Departamento de Educação, Desenvolvimento Social e Cultural da Câmara Municipal de Coimbra, iniciando-se a 2 de Janeiro de 2013, tendo terminado em 17 de Maio de 2013, num total de 580 horas. Concretizado sob supervisão da Técnica Superior de Sociologia da Divisão de Educação, Dr.<sup>a</sup> Isabel Geraldo e sob a orientação do Dr. Paulo Peixoto, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

#### **5. Objectivos de estágio**

Ao longo dos quatro meses de duração do meu estágio, tive a oportunidade de estudar e analisar o fornecimento de refeições escolares aos jardins de infância e escolas do primeiro ciclo do ensino básico, pelas empresas responsáveis pelo seu processo. Assim, a realização deste estágio curricular teve como finalidade:

- a) O aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do meu percurso académico;
- b) Desenvolver a capacidade de trabalho em equipa, através do contacto com profissionais de outros percursos académicos;
- c) Adquirir competências de trabalho prático em Sociologia e o contacto com a área;
- d) Aprofundar conhecimentos e adquirir linguagem na área da Educação;

- e) Compreender a ação social escolar desenvolvida pela Câmara Municipal de Coimbra, nas áreas das refeições escolares e atividades de enriquecimento curricular (para alunos(as) do 1º ciclo do ensino básico) e apoio à família (para crianças nos jardins de infância).

## Parte 2 | Evolução e caracterização da Educação em Portugal

*A Educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida.*

Sêneca <sup>4</sup>

### 1. A evolução das políticas e as tentativas de descentralização da educação

Tal como no resto da Europa, em Portugal e até meados do século XIX, o ensino organizado e institucionalizado iniciou-se no seio da Igreja, sendo administrado em escolas episcopais e monásticas que funcionavam junto das igrejas e mosteiros, com objectivo de formar pessoas para a vida religiosa. Embora o ensino em Portugal fosse relativamente organizado, o atraso em relação a outros países era bastante acentuado, verificando-se através do elevado número de alunos(as) que abandonavam o país com o intuito de estudar em universidades.

A Constituição Liberal de 1822 destaca a participação dos municípios no domínio educativo, manifestando-se no cuidado pelas escolas e por outros estabelecimentos de educação pagos por rendimentos públicos. Porém, a escassez de recursos e o desinteresse de professores e autarcas levou à não-responsabilidade do poder local sobre o setor da educação. A ideia de obrigatoriedade escolar nasceu com a Carta Constitucional de 1826, instituindo a frequência da Instrução Primária entre os direitos civis e políticos para todos os cidadãos portugueses. Todavia, só em 1835 se estabeleceu que o ensino primário deveria ser gratuito para todos os cidadãos, ao mesmo tempo que se responsabilizavam os pais e as entidades locais, tais como câmaras e paróquias, no cumprimento da obrigatoriedade escolar a partir dos sete anos de idade.

Com a reforma dos Estudos Menores e a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal [no século XIX] inicia-se ‘o período da superintendência do estado sobre a educação escolar que caracteriza a Época Moderna e Contemporânea com o consequente afastamento da Igreja dos centros de decisão política educativa e da administração dos estabelecimentos de ensino’ (Simões e Mendes, s.d., p.4).

---

<sup>4</sup> Lucius Annaeus Seneca (Córdova, 4 a.C – Roma, 65), advogado, escritor e intelectual do Império Romano.

Por outro lado, no final do século XIX, demonstra-se uma tentativa de descentralização de competências para as autarquias através das seguintes medidas: “construção e manutenção de escolas, a criação e manutenção de cursos de alfabetização, a nomeação e remuneração de professores e a concessão de subsídios aos alunos” (Baixinho, 2008: p.236).

Em 1926, o golpe de estado que legitimou o aparecimento do Estado Novo provocou uma série de mudanças no sector da educação. Assim, a Constituição de 1933 alterou os conceitos de obrigatoriedade e gratuidade; isto é, “se por um lado reduziu a obrigatoriedade ao ensino primário elementar de três anos, tal como no início da República, por outro lado, abriu mão da responsabilidade que até então vinha sendo acometida ao estado, de providenciar pela sua satisfação” (Mendonça, s.d. p.11). Durante este período, a educação esteve ao serviço do controlo social. Ou seja, o Estado centrou nas escolas primárias, através da divulgação dos valores ‘Deus, Pátria e Família’, as suas diretrizes ideológicas com a finalidade de formar cidadãos ordeiros, cristãos e conformados. Assim, em relação às funções das autarquias locais na educação, estas tornaram-se:

(...) responsáveis, sobretudo, pela construção, conservação e manutenção das escolas primárias, o que, de resto, constituía já um grande encargo para as autarquias sem meios e sem dinâmicas. Na realidade, ao nível municipal os recursos eram escassos, as responsabilidades das câmaras em construir, manter os edifícios escolares e assegurar diversas despesas, acabavam por não ser cumpridas (Baixinho, 2008: p.237).

É, ainda, importante referir que, neste período, o interesse do Estado Português “(...) na educação de uma maior percentagem da população deve-se a pressões externas, começando a ser mais significativo no início da década de 60 do século XX” (Fernandes, 1999 *apud* Baixinho, 2008: p. 237).

Em 1970, o Ministério de Veiga Simão tentou lançar as bases de um sistema que tencionava efetivar a escolaridade obrigatória e democratizar o ensino. Assim, a reforma global do Sistema Educativo fixada pela Lei nº 5/73 e conhecida por Reforma de Veiga Simão, apontava, fundamentalmente, para a necessidade de desafiar mudanças importantes no plano do ensino básico, ao mesmo tempo que procurava expressar uma vontade política de modernização. É igualmente neste período que se reconhece, pela primeira vez, a importância dos apoios sociais na efetivação da escolaridade básica universal e gratuita,

através da criação do IASE – Instituto de Ação Social Escolar, em 1971. “Duas ideias se encontram subjacentes a esta definição, como objetivos daquele Instituto: a implantação do princípio da igualdade de oportunidades e a promoção do bem-estar do estudante (...) como meio (...) de obtenção de melhor rendimento social do sistema escolar” (Cabral, s.d. *apud* Mendonça, s.d.: p. 19).

“A revolução de Abril de 1974 trouxe à superfície as contradições presentes desde há muito na sociedade portuguesa, tornando claro os obstáculos que bloqueavam uma mudança educacional profunda” (Mendonça, s.d.: p.21). Portanto, ao fim de várias décadas, os municípios reconquistam a autonomia no sector da educação, obtendo novas atribuições e competências. Ou seja, “com as mudanças políticas efectuadas em 1974 e consolidadas na Constituição em 1976, dá-se o renascimento do município como expressão da democracia local” (Baixinho, 2008: p. 237).

Segundo Cerca (2007: p.61), o período entre a aprovação da Constituição e a formação da LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo, “(...) caracteriza-se pela profusão da regulamentação e pela centralização política da educação”.

Descentralizar é, então, dar mais poder ao denominado poder local, sendo o ME – Ministério da Educação aquele que se encontrava em melhores condições para dar os primeiros passos, ao inserir as escolas em comunidades e ao transferir para a administração local a gestão dos recursos (Baixinho, 2008: p. 238).

### **1.1. De 1974 até aos dias de hoje: a importância dos regulamentos**

Considerando importante compreender de que forma as competências autárquicas em termos educativos foram regulamentadas entre a Revolução de 1974 e o presente, irei fazer uma breve incursão pelos documentos legais que as determinaram.

Em 1979, através do Decreto-Lei n.º 538/79, é instituído o acesso universal e gratuito ao ensino básico, que, em teoria, passa a ser assegurado a todas as crianças, assim como se procura garantir condições que possibilitem o cumprimento da escolaridade obrigatória através de medidas de ação social, entre as quais, o direito à alimentação escolar.

Em 1984, a Assembleia da República aprova e publica o Decreto-Lei n.º 229/84, de 5 de setembro, onde são atribuídas novas competências aos municípios sobre a organização, financiamento e controlo de funcionamento dos transportes escolares, enquanto que o Decreto-Lei n.º 339-A/84, de 28 de dezembro define a aplicação da ação social escolar, nos aspectos de alimentação, alojamento e auxílios económicos. Para esse efeito, nasce o CCASE – Conselho Consultivo de Ação Social Escolar, transferindo

(...) para os municípios todos os bens patrimoniais provenientes de legados ou doações feitos às cantinas (...) devendo os seus rendimentos ser aplicados em ações de alimentação nos refeitórios escolares, bem como todo o património e equipamentos afectos aos refeitórios escolares e consagra a transferência respectiva de verbas integradas no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Pereira, 2010: p.56-57).

Os referidos decretos assumem “o reforço da descentralização do Estado através da atribuição de mais competências às autarquias existentes” (Pereira, 2010: p.56) tratando-se de um dos objectivos programáticos do IX Governo Constitucional.<sup>5</sup>

Em 1986, com a aprovação da LBSE – Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, considerado o ponto central da mudança no sistema educativo português, introduz-se uma nova orientação:

(...) no que diz respeito à administração e gestão das escolas, apesar de não se mencionar explicitamente a ação das autarquias, surgem expressões que apontam para essa intervenção: integração comunitária dos estabelecimentos e participação de todos os implicados no processo educativo (...) encontram-se algumas disposições conferindo competências aos municípios para a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar e para o desenvolvimento de ações educativas na educação especial, na formação profissional e na educação extraescolar (Simões e Mendes, s.d.: p. 4-5).

Logo, a grande novidade desta LBSE refere-se à reorganização do sistema educativo, através da subdivisão em educação pré-escolar, escolar e extraescolar, assim como numa assumida e crescente importância da participação dos municípios no setor da educação.

---

<sup>5</sup> O IX Governo Constitucional, representado por Mário Soares, “tomou posse a 9 de Junho de 1983, sendo constituído por uma coligação pós-eleitoral entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, com base nos resultados das eleições de 25 de Abril de 1983. Terminou o seu mandato a 6 de Novembro de 1985”. (<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC09/Pages/Inicio.aspx> em 19 de Maio de 2010)

Em 1991, o Decreto-Lei n.º 172, de 10 de maio, estabelece um novo regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário, apresentando a autarquia papel representativo no órgão de direção da escola, no conselho de escola.

O desenvolvimento da participação municipal manifesta-se pela Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei 5/97, de 10 de fevereiro, ao aprovar a criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância. Tida como um marco legislativo daquele período,

(...) a lei-quadro da EPE consagra algumas conquistas no que concerne ao direito das crianças à educação pré-escolar: decreta a gratuidade da componente lectiva em todas as unidades de educação pré-escolares, sejam elas de natureza pública ou privada solidária; impõem o dever ao Estado de criar uma rede pública de educação pré-escolar, generalizando a oferta dos respectivos serviços, de acordo com as necessidades; e prevê que o Estado possa compartilhar os custos da componente socioeducativa às famílias, a assunção da tutela pedagógica do ME, a distinção entre tempo de componente lectiva e tempo de componente socioeducativa e a integração da componente socioeducativa nos jardins-de-infância públicos, permitindo, desta forma, o alargamento do atendimento das crianças nestes jardins... (Vilarinho, 2001: p.97-98).

No ano seguinte, em 1998, o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, aponta para “(...) favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e partilha de responsabilidade, os municípios passam a poder participar na educação como parceiros no governo da escola” (Simões e Mendes, s.d.: p.5).

A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”. Embora algumas das competências não sejam novidade, estando previstas em legislações anteriores, o referido documento serve para as clarificar. Por se tratar de um dos documentos mais importantes sobre a temática, torna-se importante compreender o seu conteúdo. Assim, segundo o artigo 19.º daquele documento, é da competência das autarquias, em matéria de educação:

- a) planear e gerir os equipamentos educativos: construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas do ensino básico;



- b) elaborar a carta escolar a integrar nos planos diretores municipais e criar conselhos locais de educação;
- c) assegurar o transporte escolar e a gestão dos refeitórios nos estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas do ensino básico;
- d) compartilhar no domínio da ação social escolar o apoio às crianças da educação pré-escolar e dos alunos do ensino básico;
- e) apoiar no desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;
- f) participar no apoio à educação extraescolar;
- g) gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- h) garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar.

A Lei n.º 169, de 1999, “(...) vem estabelecer que compete à câmara municipal participar em órgãos de gestão de entidades da administração central” (Simões e Mendes, s.d.: p.6).

Mais, o referido documento define ser da competência da junta de freguesia:

(...) fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar e que a câmara municipal pode delegar na junta de freguesia a gestão, conservação e reparação de equipamentos pertencentes ao município, onde se incluem os estabelecimentos de educação pré-escolar, creches, jardins-de-infância, e a conservação e reparação de escolas do ensino básico e ensino pré-escolar (Simões e Mendes, s.d.: p.6).

Relativamente às modalidades transferência, os artigos 5.º e 6.º, distingue em:

(...) universais ou não universais consoante se efetuem simultaneamente e indistintamente para todos os municípios ou mediante contratualização entre os departamentos da administração central competentes e todos os municípios interessados, respectivamente, o que acrescenta uma possibilidade de individualização de cada município quanto às competências a serem transferidos (Pereira, 2010: p. 60).

A publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, regula os CME's – Conselhos Municipais de Educação e, após a primeira alteração ao Decreto-Lei, a Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, são transferidas novas competências para as câmaras municipais em matéria de educação. Portanto, presididos pelos presidentes das câmaras municipais, os CME's

nascem como instâncias de coordenação e consulta; por seu turno, a CE – Carta Educativa funciona como uma ferramenta de planeamento do desenvolvimento concelhio, concedendo aos municípios um influente papel no sistema educativo local.

O Despacho n.º 22 251/2005, de 25 de outubro, alterado pelo Despacho n.º 12 037/2007, de 18 de junho, regulamenta o fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, “(...) que constituía matéria da competência dos municípios embora nunca se tivesse definido um modelo de financiamento que lhes permitisse assegurar o seu cumprimento” (Simões e Mendes, s.d.: p.6-7).

Com o Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de junho, que define as orientações relativas às AEC’s, as autarquias passam a ser promotoras destas atividades, juntamente com as associações de pais e de encarregados de educação, das instituições de solidariedade social e agrupamentos de escola.

O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, reconquista a transferência de competências para as autarquias, “(...) alargando novamente o conceito de regionalização constante na versão primeira da Lei de Bases do Sistema Educativo” (Martinho, 2010: p. 64).

Para mais fácil compreensão, a tabela seguinte resumirá as competências educacionais assumidas pelas autarquias locais portuguesas:

**Tabela 1 | Resumo das competências dos municípios portugueses**

Nível de Ensino	Competências
Educação Pré-Escolar  Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão dos transportes/alojamentos escolares;</li> <li>- Construção, apetrechamento e conservação de edifícios educativos;</li> <li>- Atividades de Ação Educativa, como as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC’s);</li> <li>- Definição de políticas locais de educação, relativamente às AEC’s e à Carta Educativa;</li> <li>- Participação em órgãos de gestão escolar (no Conselho Geral) e cooperação na celebração de contratos de autonomia das escolas;</li> <li>- Gestão do pessoal não docente.<sup>6</sup></li> </ul>

<sup>6</sup> Como vimos, a competência da gestão do pessoal não docente não é uma tarefa universal das autarquias locais portuguesas.

## 1.2. Caracterização atual da participação dos municípios na educação

A Constituição da República define autarquias locais “como pessoas colectivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações” (Santos, 2011: p.7).

A Constituição, a LBSE de 1986 e outras disposições normativas seguintes, mostram a ideia do papel do Estado no sentido de adoptar um regime democrático descentralizado. Assim, a influência dos atores locais no sector da educação é crescente, verificando-se pela intervenção municipal e de múltiplas iniciativas tomadas por organizações locais. Por conseguinte,

(...) a ação dos municípios no domínio da educação vem assumindo uma importância cada vez maior à medida que se aprofundam as políticas de territorialização educativa e se procura uma reformulação organizacional que envolva a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico em plano de igualdade com os outros ciclos e níveis de educação e ensino (Santos, 2011: p. 7).

“Uma das formas de caracterizar a intervenção das autarquias na educação passa por analisar o envolvimento destas nas mais recentes atribuições no domínio das AEC’s” (Simões e Mendes, s.d.: p. 7). O Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.<sup>os</sup> e 4.<sup>os</sup> anos e de outras atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico nasce com o fim de garantir uma escola a tempo inteiro aos alunos do 1.º Ciclo, ao mesmo tempo que garante o reforço das competências das autarquias locais, através do desempenho do papel de parceiros educativos centrais. “São muitos os casos em que o esforço vai para além da organização formal das actividades, passando pelo reforço do esforço próprio das autarquias no campo da educação, estimulado pelo efeito de alavancagem produzido pelo Programa” (Simões e Mendes, s.d.: p.7). Outras entidades promotoras pelas AEC’s são os Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais e IPSS.

Todavia, a falta de experiência na planificação das atividades e a falta de articulação entre parceiros leva a que muitas câmaras municipais, enquanto entidades promotoras, encarreguem de forma exclusiva ou partilhada a operacionalização das AEC’s noutras entidades, tais como, institutos, empresas, IPSS e associações recreativas e culturais.

Relativamente às competências de construção e gestão de equipamentos e serviços assumidas pelas autarquias locais, “estas competências assumem uma natureza operacional no sentido em que participam na criação da base física do sistema e dão apoio ao seu funcionamento” (Pinhal, 2003 *apud* Santos, 2011: p. 13). Estas competências referem-se à construção e apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas do ensino básico, gestão dos refeitórios destes estabelecimentos escolares e gestão do pessoal não docente. É importante referir que a gestão dos serviços de refeições constituem competência universal dos municípios, o que já não se verifica na gestão do pessoal não docente.

Por fim, e tal como já foi referido, segundo a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, compete às câmaras municipais o apoio aos alunos na esfera da ação social escolar, inserindo-se os transportes escolares, ou o alojamento, em alternativa aos transportes escolares, assim como decidir sobre a atribuição de auxílios económicos aos alunos carenciados e sobre a criação e manutenção dos refeitórios escolares.

## **2. As refeições escolares em Portugal**

A temática das refeições escolares em Portugal atravessou várias fases importantes, assim como sofreu importantes reconfigurações institucionais, políticas, sociais, culturais e económicas.

Se em tempos tinha um carácter fundamentalmente assistencialista, após a Revolução dos Cravos (1974) e a implementação do regime político democrático, o sistema alimentar passou a ser pensado de forma mais alargada, equitativa e de modo a responder aos direitos das crianças à saúde, à alimentação equilibrada e ao bem-estar físico e mental (Teixeira *et al.*, 2012a: p. 5).

Assim, os padrões da “assistência, dos direitos e dos riscos” (Teixeira *et al.*, 2012a: p. 5) marcam a evolução do sistema alimentar escolar.

Porém, suportado por uma forte presença do Estado Social, este importante sistema de fornecimento encontra-se debilitado na sequência da crise financeira desencadeada em 2008, assim como pelas atuais políticas de austeridade e de reconfiguração institucional e

administrativa do sector público. O impacto destes eventos nas famílias exprime-se por uma mudança no seu normal funcionamento.

É, assim, importante compreendermos a evolução e a gradual valor assumido pelas cantinas escolares ao longo dos tempos em Portugal – tal como explicará a próxima seção.

## **2.1. A evolução das refeições escolares**

Tal como já referi, é importante conhecermos a evolução das refeições escolares em Portugal. Assim, entre 1910-1926, período de vigência da Primeira República Portuguesa, o ensino obrigatório era constituído por um ciclo elementar de três anos, adicionando-lhe um ciclo complementar de dois. Neste período, a assistência social encontrava-se organizada sob a forma associativa; ou seja, eram as associações escolares que, por meio da sua obra social, abasteciam refeições gratuitas nas cantinas aos alunos carenciados, embora o Estado português tivesse ordenado a construção de cantinas escolares para apoiar os alunos carenciados. Estamos aqui perante um claro modelo assistencialista.<sup>7</sup>

Em 1927, no decorrer do período da Ditadura Salazarista, oficializou-se a isenção do pagamento de propinas a uma determinada percentagem de alunos comprovadamente pobres e com sucesso escolar. No ano seguinte, esta política viria a ser fortalecida através da introdução de bolsas de estudo destinadas aos alunos dos cursos complementares, possibilitando que alguns alunos(as) frequentassem a escola por mais tempo.

Porém, em 1936, é que se verificaram as principais transformações no sistema de refeições escolares, por meio do Ministério da Educação Nacional – que substituirá o Ministério da Instrução Pública. Este conceberá duas estruturas que apresentariam um papel determinante na organização do fornecimento de refeições escolares: a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa – frequentemente identificada por Mocidade Portuguesa (MP) – e a Obra das Mães pela Educação Nacional (ONEM). Enquanto a primeira tinha como missão intervir diretamente na socialização da população juvenil segundo os valores do regime, a segunda estava constituída para auxiliar as mães, de modo a que os seus filhos

---

<sup>7</sup> “As associações escolares eram um serviço prestado pelas escolas, com designação, movimento, receita e despesas próprias” (Teixeira *et al.*, 2012a: p.10).

conseguissem frequentar a escola, libertando-as para o cumprimento das tarefas familiares e domésticas. Mais, a ONEM tinha também como missão o fornecimento de refeições gratuitas, entre outros apoios.

Até aos anos 60, segundo Ana Nunes de Almeida (2011 *apud* Teixeira *et al.*, 2012a: p.11): “(...) a educação escolar era uma experiência à qual poucas crianças acediam (principalmente as que careciam de recursos). A criança (“criança-adulto”) contribuía maioritariamente para a organização do lar e para o trabalho doméstico, estando a educação, por esse motivo, confinada a esse espaço”. Já a escola executava um papel central de “inculcador ideológico, baseado numa forte ideologia nacionalista assente na trindade Deus, Pátria e Família” (Stoer, 1983 *apud* Teixeira *et al.*, 2012a: p.12).

Por conseguinte e mediante as frágeis condições económicas de muitas famílias, o Estado viu-se na necessidade de prestar auxílio às famílias mais carenciadas por via do fornecimento de refeições e da oferta de roupas e livros, o que permitiu que algumas crianças conseguissem frequentar a escola.

Embora se confira uma crescente intervenção estatal na alimentação das crianças, o Estado Novo pretendia beneficiar a sua estratégia ideológica na conquista de soberania sobre o povo, através da atuação da MP e da OMEN, procurando difundir os valores do regime juntos das crianças e jovens, sobretudo daquelas que pertenciam a famílias mais carenciadas. Assim, as refeições escolares neste período tinham como principal objetivo minimizar os efeitos da pobreza e educar as crianças para os valores da fraternidade, obediência, disciplina e boas maneiras. Todavia, estas não alcançavam o total das crianças que sofriam de carência alimentar: por um lado, a rede de refeitórios era diminuta e de crescimento lento, obedecendo ao filantropismo ou aos subsídios pontuais do Estado. Por outro, tratava-se de um serviço de curta duração; isto é, a escolaridade obrigatória viu-se reduzida a um ciclo de três anos.

Embora a gestão das cantinas estivesse a cargo da MP e da ONEM, eram fundamentalmente os diretores, os funcionários não docentes da escola, os professores e a comunidade local quem atuava de forma mais próxima e direta junto dos escassos e transitórios grupos de jovens que podiam aceder à escola pública (Teixeira *et al.*, 2012a: p.13).

O modelo assistencialista adquire, com o Estado Novo, um pendor marcadamente ideológico. É, no início dos anos 70 que se verifica o decréscimo de importância da MP e

da ONEM, não tardando a gestão da alimentação escolar a mudar para a competência do IASE, originando uma alteração profunda do esquema de refeições escolares:<sup>8</sup>

(...) com a transferência de competências para o IASE, as cantinas passaram a integrar um conjunto mais amplo de dinâmicas de democratização do ensino português. A este conjunto de transformações estava subjacente um novo paradigma de governamentalização das refeições escolares que contempla a progressiva integração de “direitos” consignados à população em geral, e aos jovens em particular (Teixeira *et al.*, 2012a: p.15).

Assim, tocava ao IASE dirigir e regulamentar atividades desenvolvidas no âmbito da ação social escolar: criar serviços, executar obras necessárias à prestação das medidas e delegar ou conceder a exploração dos serviços e instalações, em cooperação com outras entidades públicas, tais como a escola. Quanto às refeições, estas pretendiam garantir pelo menos uma refeição diária a uma parte importante da população escolar. No entanto, esta oferta pretendia fomentar uma dieta racional segundo os princípios de uma alimentação equilibrada, portanto:

Mais do que uma garantia de subsistência, a alimentação escolar passaria a cumprir um papel central no bem-estar físico e no desenvolvimento intelectual das crianças, dado ter-se passado a entender que a qualidade da alimentação influenciava também a aquisição de competências e conhecimentos (Teixeira *et al.*, 2012a: p.15).

Encontra-se aqui as bases para que as refeições escolares passem a ser um elemento estruturante de uma política de ensino integrada. Em 1979, o acesso universal e gratuito ao ensino básico é assegurado a todas as crianças. Além de que se procura garantir condições que possibilitem o cumprimento da escolaridade obrigatória através de medidas de ação social, entre as quais o direito à alimentação escolar.

Substituindo os NASE – Núcleos de Ação Social Escolar, em 1982, nascem os SASE – Serviços de Ação Social Escolar, que operavam segundo diretrizes do IASE e sujeitos ao poder de direção da escola em matéria de planeamento e execução das atividades de ação social escolar.<sup>9</sup> Cabia ao SASE cumprir as normas do IASE, assim como as normas do

---

<sup>8</sup> Criado em 1971, pelo ministro Veiga Simão, o Instituto de Ação Social Escolar viria a assumir um importante papel no sistema educativo português.

<sup>9</sup> Os NASE foram estabelecidos em 1973, pelo Decreto-Lei n.º 223/73 de 11 de maio. A portaria n.º 450/82 de 30 de abril vem estabelecer a substituição dos NASE pelos SASE.

bom funcionamento e de horários dos refeitórios, o escalonamento do pessoal e o contacto com os fornecedores de bens alimentares; à direção das escolas competia solicitar os produtos e matérias segundo as indicações da SASE, proceder ao pagamento de fornecedores, elaborar o balancete mensal e os mapas trimestrais relativos ao funcionamento da cantina, remetendo-os ao IASE.

O nascimento da IASE conduziu a “(...) uma política de oferta alimentar escolar que fosse ao encontro das necessidades nutricionais da população juvenil atingida pelos elevados níveis de pobreza e de carência alimentar” (Teixeira *et al.*, 2012a: p.17).

O período de 1984 até 1993 pode ser caracterizado como a época do início da descentralização da alimentação escolar. Assim, em 1984, como já vimos, as competências em matéria de ação social escolar (alimentação, transportes, etc.) são transferidas para as autarquias, sofrendo as refeições escolares novas alterações. É também neste período que se concretiza o aumento da escolaridade obrigatória até aos 9 anos. Como vimos, competia às câmaras municipais a manutenção e administração dos refeitórios escolares para a educação pré-escolar e ensino primário, bem como o poder de decidir sobre as condições de acesso dos utentes que não pertencessem aos estabelecimentos de ensino e funções de responsabilidade direta na gestão dos refeitórios aos órgãos diretivos da escola ou a designação de um responsável no caso de ser por gestão direta.

O Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de dezembro prevê, acerca das refeições escolares, uma refeição – o almoço – assente na regra de refeição equilibrada. Por outro lado, proporciona a possibilidade de concessionar o serviço de fornecimento de refeições, competindo às câmaras municipais ou aos órgãos diretivos o acompanhamento do mesmo, assim como a sua fiscalização das normas. Relativamente ao preço das refeições, esta era determinada pelas câmaras municipais, não devendo ultrapassar o valor das refeições para alunos do ensino secundário, e que eram estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Portanto, verificava-se que,

(...) o Estado português começava a dar os primeiros passos na descentralização da ação social escolar no 1.º ciclo do ensino básico, por outro [lado], houve a necessidade de acompanhar esse processo com um conjunto de orientações que refletem uma crescente preocupação com o tipo de oferta disponibilizada e, particularmente, com a necessidade dessa oferta contribuir para a definição dos hábitos alimentares saudáveis das crianças (Teixeira *et al.*, 2012a: p.18).



Em 1993, o Decreto-Lei n.º 133/93 de 26 de abril, publicado pelo ME, autoriza, no âmbito da nova lei orgânica daquele Ministério, a extinção do IASE e a transferência das competências em assuntos de ação social escolar para as Direções Regionais de Educação (DRE's). Por conseguinte, extingue-se o organismo central impulsionador do sistema de refeições escolares entre os anos 70 e 90. É, todavia, importante referir que, se por um lado, as autarquias locais detinham a tutela sobre o 1.º ciclo do ensino básico, as DRE's assumiam competências sobre os restantes ciclos de ensino.

O trabalho realizado nas décadas de 70 e 80 proporcionou a construção de um sistema de refeições escolares alcançável pela maior parte da população juvenil, carenciada ou não de recursos económicos. O investimento efectuado contribuiu, por um lado, para uma política alimentar orientada para promover o acesso dos mais carenciados à escola. E, por outro lado, para a difusão dos valores de vida saudável.

Entre os anos de 1994 a 2005, prosseguindo a política alimentar escolar, são adotadas algumas novidades no domínio da educação alimentar:

(...) é atribuída mais importância à adequação dos níveis alimentares e de saúde das crianças tendo em conta as especificidades de algumas regiões e a necessidade de fomentar uma alimentação saudável preservando as boas condições de higiene e salubridade. À faceta de espaço promotor de competitividade económica, acrescenta-se a de espaço promotor de saúde (Teixeira *et al.*, 2012a: p.20).

Marcado por um período de dinâmica de descentralização dos serviços alimentares, a década de 90 assinala o início da massificação de concessões de cantinas escolares, assim como o aumento de autonomia dos municípios e DRE's. Este período é também marcado pela modernização do tecido social português; ou seja, pelo crescimento das classes médias e nascimento de novos hábitos de consumo. A consolidação de uma sociedade de consumo despoletou o crescimento da oferta de produtos e serviços, repercutindo-se na alimentação escolar: esta passaria a servir como uma porta de entrada de diversas formas de negócio no espaço escolar. A propósito destas alterações, Teixeira *et al.*, (2012a: p.23-24) escreveram:

É exemplo o aumento significativo de cantinas e bufetes concessionadas a partir da descentralização da ação social escolar. Portanto, a transição para o modelo de concessão dos refeitórios escolares representou uma perda significativa da qualidade do serviço prestado, sendo classificado como um 'descalabro' face ao anterior modelo de organização...

O início do século XXI é marcado pela reformulação dos apoios no âmbito das refeições escolares; ou seja, generalização das refeições aos alunos do 1.º ciclo; e pela publicação de uma série de regulamentos com vista à divulgação de hábitos de alimentação saudável dentro do espaço escolar e ao cumprimento de normas de segurança e higiene alimentar.

Em 2004, é proibida a instalação de espaços de venda de bebidas alcoólicas na proximidade das escolas.<sup>10</sup>

Em 2005, o Ministério da Educação cria o ‘Programa de Generalização das Refeições Escolares aos Alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico’ com o intuito de promover uma refeição equilibrada aos alunos do 1.º ciclo, com ou sem carências económicas.

Para esse efeito é deduzida uma comparticipação (€0,58) por parte do Ministério da Educação e dos municípios ao valor total da refeição (valor máximo, €2,5). Os alunos com o apoio da ação social estão isentos do pagamento da refeição ou pagam um valor mínimo (€0,65) mediante o escalão em que se situem. A concretização deste programa é feita por intermédio de um protocolo onde deve constar, entre outros aspetos, o compromisso de que a refeição fornecida cumpre os requisitos de qualidade e que estejam indicados os equipamentos e meios utilizados no fornecimento das respectivas refeições (Teixeira *et al.*, 2012a: p.26).

Presentemente, cabe à DGIDC – Direção Geral da Inovação e do Desenvolvimento Curricular regular a oferta alimentar escolar. Este organismo central do ME é responsável pelo referencial para a alimentação saudável, produzido em 2006 e por um conjunto de normas a serem utilizadas em refeitórios e bufetes escolares, publicados no ano seguinte. Os regulamentos pretendiam tornar as escolas em espaços impulsionadores de saúde, através dos currículos e de iniciativas desenvolvidas pelas escolas.<sup>11</sup>

Em resumo,

(...) o atual sistema público de refeições escolares, comparado com os seus antecessores, apresenta sinais de uma maior sofisticação, quer na sua abordagem, quer no seu ‘arsenal tecnológico’. Para além de ser abrangente à população escolar em geral, ele é um sistema fortemente orientado e motivado pela

---

<sup>10</sup> Através do Regulamento n.º178/2002 de 28 de janeiro, publicado no Diário das Comunidades Europeias. É também neste regulamento que ficam esclarecidos os objetivos da AESE – Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos.

<sup>11</sup> Criados em 1982, os bufetes têm como objectivos complementar os serviços do refeitório ou, caso este não exista, adoptar a função complementar de fornecer uma refeição ligeira.

crecente importância atribuída aos riscos de saúde e de despesa pública decorrentes dos aparentes níveis de prevalência da obesidade infantil (Teixeira *et al.*, 2012a: p.28).

Atualmente, as questões da alimentação assumiram um novo papel. Se, no início do século XX a alimentação escolar procurava fazer frente às carências alimentares dos alunos(as), na mudança de século, as preocupações alimentares abrangem as questões de saúde. Os elevados números de obesidade infantil e o novo estilo de vida adoptado por muitas crianças – por influência das novas tecnologias – originaram preocupações com as refeições servidas às crianças e alunos(as). Assim, procura-se incentivá-los a consumir alimentos saudáveis, por intermédio de campanhas, ações de sensibilização e atividades físicas.

Por outro lado, a emergência do sistema de cartões em contexto escolar, por forma a evitar o uso de dinheiro nos estabelecimentos de ensino e conseqüente roubo, veio controlar os gastos. Ou seja, pais e encarregados de educação podem verificar onde são realizados os gastos dos(as) seus(suas) educandos(as).

## **2.2. Caracterização atual do fornecimento de refeições escolares**

O atual sistema de fornecimento de refeições escolares, como já foi referido, encontra-se debilitado no seguimento da crise financeira desencadeada em 2008, assim como pelas medidas políticas de austeridade e de reconfiguração institucional e administrativa do sector público.<sup>12</sup> O impacto destas contingências nas famílias exprime-se por uma mudança no seu normal funcionamento.

“Em Portugal, a alimentação escolar desempenha um importante papel no acesso ao consumo alimentar e na acentuação dos impactos da pobreza. Muitas vezes, crianças e jovens têm acesso à única refeição quente do dia através deste importante sistema de provisão” (Teixeira *et al.*, 2012b: p. 5).

---

<sup>12</sup> Desde 2008 verifica-se o aumento do IVA nas refeições escolares, dívidas aos fornecedores e cortes na despesa e estruturas orgânicas do Estado.

A presente crise económico-financeira instalada na Europa provocou o agravamento das condições de vida das populações, especialmente daqueles que se encontram em situação económica mais vulnerável. Porém, os efeitos da crise não se fazem sentir de igual modo em todo o território Europeu.

Segundo o relatório da União Europeia, em 2012, contrariamente a países como a Espanha ou o Reino Unido, em Portugal eram os pobres quem mais sentia as consequências das medidas de austeridade.<sup>13</sup> As medidas de austeridade originaram uma maior redução no rendimento disponível do agregado dos grupos de mais baixo capital económico, em comparação àqueles que detinham maior poder económico. “(...) O desemprego aumentou 7,3% desde 2008, fixando-se nos 14,9% da população activa no 1º trimestre de 2012” (Teixeira *et al.*, 2012b: p. 5) e agravou-se em, 2013, para valores que superaram os 17%.

Por outro lado, segundo dados da UNICEF (2012): 14,7% das crianças e jovens até aos 17 anos vivem em condições de pobreza relativa e 27,4% demonstram situações de privação de bens essenciais ao seu desenvolvimento.<sup>14</sup>

Apesar das dinâmicas de modernização ocorridas em Portugal nas últimas décadas, e que conduziram ao surgimento de uma ‘sociedade de consumo’, prevalecem na sociedade portuguesa um conjunto de assimetrias e desigualdades no acesso à alimentação. Este argumento sustenta-se, entre outros, nos elevados níveis de comparticipação da alimentação escolar por parte da Ação Social (Cruz, 2011 *apud* Teixeira *et al.*, 2012b: p.6).

Por conseguinte, o fornecimento de refeições escolares gratuitas ou a preços comparticipados, tal como nos anos 70, constitui uma ação governamental importante para atenuar os efeitos da pobreza.

Surge, assim, a questão: quais os impactos que a crise provoca no sistema de refeições escolares? Segundo os mais diversos meios de comunicação social, verifica-se que, em algumas regiões, o fornecimento da alimentação escolar encontra-se ameaçada pela falta de dinheiro; ou seja, por dívidas das autarquias às empresas fornecedoras dos serviços. Noutras situações, as autarquias indicam um aumento significativo da procura das famílias na adesão às refeições escolares e ao apoio da ação social escolar. Existem, ainda, escolas e autarquias locais que procuraram desenvolver estratégias para fazer face à procura e

---

<sup>13</sup> Informação consultada em: Teixeira *et al.*, 2012b: p.5.

<sup>14</sup> Informação consultada em: Teixeira *et al.*, 2012b: p.5.

como forma de auxílio às famílias, alargando o funcionamento das cantinas ao período não letivo. Quer isto dizer que se verifica, por um lado, uma incerteza da resposta do Estado aos direitos dos cidadãos. E, por outro lado, esta situação não se confirma de igual modo em todo o território, confirmando uma retração do papel do Estado expressa nas profundas disparidades territoriais.

A autonomia das autarquias locais nem sempre apresenta uma vantagem:

(...) ao não garantir o normal funcionamento dos refeitórios estão a comprometer a efetividade dos direitos dos cidadãos e isso representa um agravamento do bem-estar da população. Mesmo nos casos onde a autonomia pode representar um ganho, a dependência da capacidade de iniciativa, da criatividade e da sensibilidade dos agentes institucionais pode representar situações de acentuação das desigualdades territoriais e sociais. No entanto (...) não podemos negar o efeito prático que este tipo de soluções produz na sociedade... (Teixeira *et al.*, 2012b: p.7).

### **3. A ação social escolar no Município de Coimbra**

O âmbito do estudo restringe-se à educação pré-escolar e ensino básico do 1.º ciclo, sendo importante caracterizá-la. Tendo em conta que as refeições escolares são alvo importante desta análise, deixarei para o final a sua caracterização.

A ação social escolar da Câmara Municipal de Coimbra abrange, quer para o 1.º ciclo do ensino básico, quer para a educação pré-escolar, o seguro escolar e o desenvolvimento de projetos educativos. Relativamente aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, a CMC garante o apoio nas modalidades de alimentação escolar, transporte escolar e auxílios económicos para a aquisição de livros e materiais escolares e AEC's. Enquanto que para as crianças da educação pré-escolar, as modalidades de apoio referem-se à componente de apoio à família e alimentação escolar.

Como já vimos, compete à CMC a ação social para a educação pré-escolar e para os alunos(as) do 1.º ciclo do ensino básico nas modalidades referidas, assim como o transporte/alojamento escolar nos 2.ºs e 3.ºs ciclos e ensino secundário.

No ano letivo de 2012/2013, a rede escolar pública do município de Coimbra é constituída por 66 escolas de ensino básico do 1.º ciclo e por 35 jardins de infância, distribuídos por 6 agrupamentos de escolas.

Alcançando diretamente 35% da população escolar, a CMC atribui subsídios para aquisição de livros escolares aos alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico. Ainda neste grau de ensino, é anualmente distribuído o ‘Kit Escolar’, constituído por cadernos, lápis, borrachas, esferográficas, marcadores, régua, esquadro e afiadeira.

Relativamente ao transporte escolar:

o Plano Municipal de Transportes Escolares Subvencionados abrange anualmente cerca de 2.300 alunos residentes a mais de 3km de um estabelecimento de ensino, cabendo à Câmara Municipal suportar 100% do custo do transporte dos alunos do ensino básico e 50% dos alunos do ensino secundário, independentemente das condições socioeconómicas dos agregados familiares (Câmara Municipal de Coimbra).<sup>15</sup>

Relativamente às atividades complementares, a DE criou a componente de apoio à família na educação pré-escolar, com vista a assegurar em todos os jardins-de-infância da rede pública um calendário e horário de atendimento às crianças, que seja compatível com as necessidades das famílias, caracterizando-se pelo serviço de refeições e do prolongamento do horário. A taxa de cobertura deste serviço é de 100%.

Outras atividades educativas complementares asseguradas pela DE são a ‘Animação Sócio-Educativa’, com o objectivo de apoiar financeiramente, por via do aluguer de transportes, as visitas de estudo dos jardins-de-infância e escolas do ensino básico e secundário e colaboração com o Departamento de Cultura na implementação da Rede de Bibliotecas Escolares.

É, igualmente, importante referir a integração do município de Coimbra na Rede Territorial das Cidades Educadoras, desde 2008.

Como referi inicialmente, por ser o principal objeto de estudo, e aquele sobre o qual me debrucei mais especificamente no âmbito do meu estágio, as refeições escolares enquanto

---

<sup>15</sup> Câmara Municipal de Coimbra (2013), “Educação: Ação Social Escolar”. Consultada em março de 2013. Disponível em:

[http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2070&Itemid=725](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2070&Itemid=725)

medida de ação social escolar, ficaram para o fim, sendo importante fazer uma caracterização detalhada deste serviço no caso do município de Coimbra.

A alimentação escolar por parte da DE abrange todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, traduzindo-se numa taxa de cobertura de 100%, assim como para as crianças da educação pré-escolar. Cabe à DE assegurar, não só o subsídio de refeição aos alunos carenciados, como suportar o diferencial entre o custo da refeição e o preço tabelado pelo ME para o ensino básico. A ação social escolar da DE comparticipa 35% das refeições escolares dos alunos com escalão A e B.<sup>17</sup> Atualmente, o preço fixado pelo Ministério da Educação para as refeições escolares é de €1,46, suportando a DE €0,30 deste valor.<sup>18</sup>

Inicialmente asseguradas por IPSS, as refeições escolares no município de Coimbra sofreram alterações no seu sistema de fornecimento no ano lectivo de 2010/2011.

Naquele ano, apenas uma empresa assegurava o fornecimento de refeições escolares para a 34 Jardins de Infância e 52 escolas do ensino básico. As consequências na adopção desta medida não se fizeram esperar: os meios de comunicação social da região e nacionais fizeram eco das inúmeras queixas de pais e encarregados de educação. A capa do jornal regional Diário de Coimbra, datado de 16 de setembro de 2011, refere que as “refeições escolares chegaram tarde no primeiro dia de aulas” reconhecendo, o então vereador, “falhas na estreia do novo serviço de refeições que a Câmara de Coimbra contratou e admite que há ‘aspectos a corrigir’”.<sup>19</sup> Em contrapartida, o Diário de Notícias de 20 de fevereiro de 2012, indica que a “Câmara mantém empresa que fornece refeições escolares” todavia, assinalando iria ter “equipas reforçadas’ para fiscalizarem, de surpresa, a qualidade da alimentação fornecida às escolas”. Os representantes dos pais e encarregados de educação dos Jardins de Infância e Escolas Básicas, exigiam “a adopção de ‘medidas eficazes’ para que as refeições servidas naqueles estabelecimentos respeitem as ‘normas de qualidade, higiene e seguranças alimentares’”, segundo o mesmo jornal nacional. Já o Correio da Manhã, de 5 de fevereiro de 2012, escreve que “desde o início do ano lectivo

---

<sup>17</sup> Os escalões A e B correspondem, respetivamente, aos escalões 1 e 2 do abono de família da Segurança Social. Trata-se de um auxílio económico destinado a todas as crianças em idade escolar e jovens, quando comprovada a situação de estudante, assim como para portadores de deficiência. Os escalões variam conforme os rendimentos do agregado familiar. Tratam-se dos escalões que, devido aos rendimentos apresentados pelos agregados familiares, mais apoios recebem.

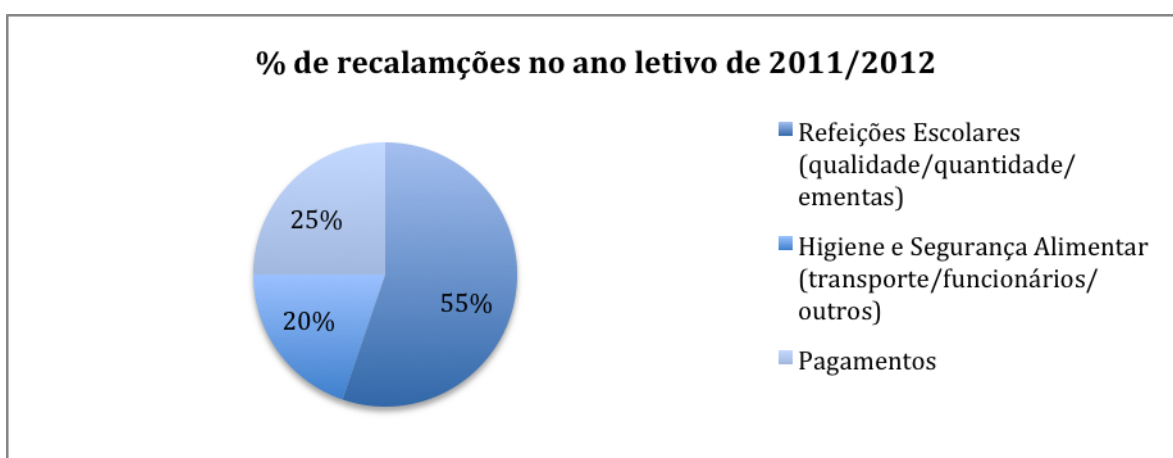
<sup>18</sup> Preço fixado em Despacho n.º 18886-A4/2012, publicado a 6 de setembro.

<sup>19</sup> Aquando das polémicas sobre as refeições escolares, era vereador da Educação João Orvalho. Presentemente, o responsável na Educação é José Belo.

têm surgido queixas sobre a comida servida a temperaturas abaixo do recomendável ou em quantidade e porções insuficientes”.

Por conseguinte, no primeiro ano de implementação deste sistema e após estudo das queixas dos pais e encarregados de educação, verifica-se a existência de diversas reclamações sobre a qualidade e quantidade das refeições servidas às crianças e alunos(as), assim como queixas contra o transporte e pagamento das mesmas, tal como mostra o gráfico 1, num universo de 66 reclamações.

**Gráfico 1 | Percentagem de reclamações no ano letivo de 2011/2012, por categorias**



Numa primeira fase, o estudo das reclamações de 2011/2012 fez-se através da construção de uma tabela onde se constava o tipo de reclamação, ou seja, qual a causa que desencadeava a reclamação. Posteriormente, as reclamações foram agrupadas em três tipos, seguindo-se critérios de semelhança, ou seja, reclamações com causas semelhantes aos critérios estabelecidos.

Por forma a que se compreendam as informações constantes no gráfico anterior, procedi à construção da tabela 2, onde constam exemplos de causas que desencadearam a reclamação.

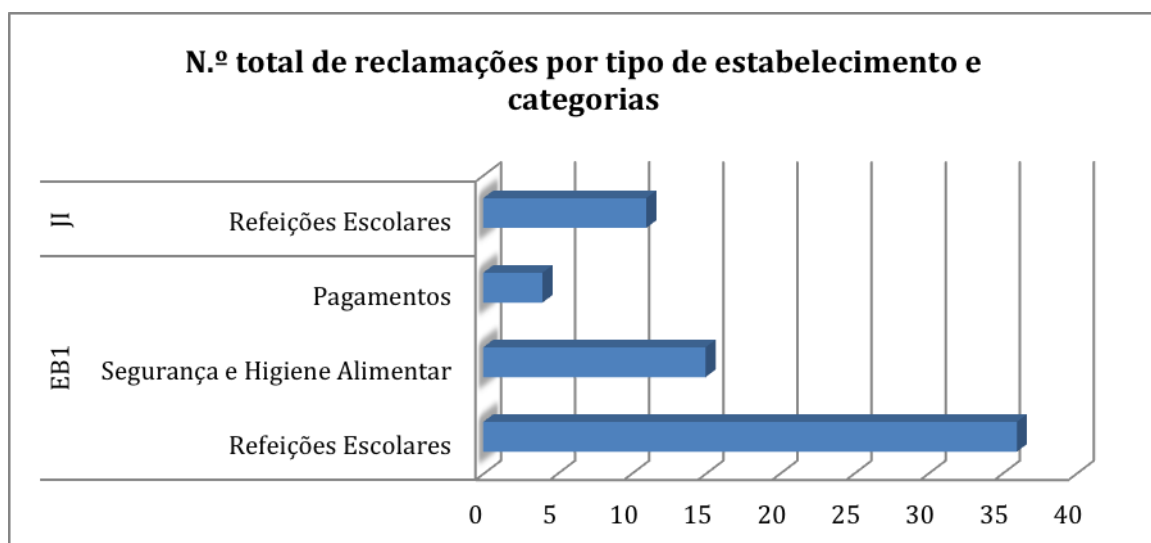


**Tabela 2 | Exemplos de reclamações no ano lectivo de 2011/2012**

Qualidade:	Refeições com excesso de condimentos; Pão rígido ou em falta para todas as crianças; Refeições servidas em temperaturas desajustadas;
Quantidade:	As refeições servidas são insuficientes; Falta de acompanhamentos: saladas e fruta;
Ementas:	Atrasos nas publicações das mesmas; Pouco claras, ou seja, no exemplo da “massa com carne” ou “fruta da época” não são identificadas as carnes utilizadas ou a fruta a servir; Frutas consideradas verdes, duras, secas ou em mau estado para alimentação;
Transporte e Higiene:	Transporte realizado em veículos não isotérmicos; Ausência na recolha das amostras das refeições;
Funcionários(as):	Indumentária incorreta: ausência de batas, luvas ou outros materiais indicados para a segurança e higiene das refeições;
Pagamentos:	Pagamentos indevidos; Atrasos nas emissões dos recibos de pagamento;
Outros:	Dietas alimentares desadequadas: apesar das indicações dos pais/encarregados de educação para dietas específicas motivadas por problemas de saúde; Inexistência de um livro de reclamações; Falta de utensílios para todas as crianças.

O gráfico 2 apresenta o número total de reclamações recebidas por estabelecimento de ensino, assim como por categorias identificadas anteriormente. Portanto, constata-se que a proveniência das reclamações é dos estabelecimentos de Ensino Básico do 1.º Ciclo, referindo-se essencialmente à categoria “Refeições Escolares” (36). No que se refere às reclamações com proveniência dos Jardins de Infância, as queixas quanto às “Refeições Escolares” ficam-se pela totalidade de 11.

**Gráfico 2 | N.º total de reclamações por tipo de estabelecimento e categorias**



No ano letivo de 2012/2013, o serviço de refeições escolares às crianças dos Jardins de Infância e dos(as) alunos(as) do 1.º Ciclo do Ensino Básico é assegurado por duas empresas privadas: Eurest e Gestral. Enquanto a primeira certifica o fornecimento de refeições escolares a grande parte das escolas do município de Coimbra, a segunda está encarregue das refeições escolares nas escolas dos agrupamentos Silva Gaio e Martim de Freitas.<sup>20</sup>

Nos meios de comunicação social, a decisão da CMC em manter empresas privadas encarregues pela confecção e distribuição das refeições escolares foi vista como negativa pela União da IPSS de Coimbra. Para o presidente da União de IPSS, citado pelo Diário *As Beiras*, de 22 de agosto de 2012, “este concurso nada tem de diferente do anterior, pois apesar de ter sido dividido em oito lotes estes continuam a ter uma dimensão grande”, argumento que “não estão reunidas as condições para apresentar propostas que garantam qualidade nas refeições”. Ao jornal *I Online*, de 27 de agosto de 2012, o presidente da CMC garantiu “um acompanhamento mais apertado do dia-a-dia das duas empresas” considerando que “ao haver lotes diferentes, a Câmara pode definir ementas diferentes nos oito lotes de escolas. Se alguma coisa correr mal com uma empresa, podemos recorrer à outra”.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Estão a cargo da empresa Eurest as escolas dos agrupamentos Eugénio de Castro, Coimbra Sul, Coimbra Oeste e Rainha Santa Isabel.

<sup>21</sup> A Câmara Municipal de Coimbra é presidida por João Paulo Barbosa de Melo.

O estudo das reclamações, até fevereiro de 2013, permitiu atestar que a maioria das reclamações se referem, sobretudo, aos recibos:

- a) Pagamentos em atraso;
- b) Contabilização errada do número de dias em que as crianças utilizaram o serviço de refeições escolares;
- c) Informações ou problemas no pagamento.

Verifica-se, igualmente, pedidos para informação sobre escalões e transporte escolares. Comparativamente a outras reclamações, até fevereiro de 2013, realizaram-se apenas duas:

- a) Ausência de utensílios para uso nas refeições;
- b) Qualidade dos alimentos e quantidade servida.

A análise das reclamações dirigidas à DE, tal como já referi nas primeiras linhas, forneceram pistas importantes para a construção do inquérito. Assim sendo, muitas das questões elaboradas procuravam averiguar se as queixas sobre a qualidade e quantidade das refeições escolares ainda se mantinham.

Todavia, tendo em conta que a ação social escolar no município de Coimbra não se restringe às refeições, procurei investigar o conhecimento e a importância que os pais e encarregados de educação atribuem aos restantes apoios.

A parte 3 deste relatório incide sobre estas questões.

#### **4. Caracterização da procura educativa**

Durante o ano letivo de 2006/2007 estiveram matriculados nas escolas e jardins de infância do município de Coimbra 19.458 alunos e 3.386 crianças. Do total de alunos matriculados, 71% frequentava o ensino público e 29% o ensino privado. No que respeita à educação pré-escolar passava-se quase o contrário; ou seja, 76% das crianças frequentava estabelecimentos do setor privado e 24% do ensino público (Carta Educativa do Município de Coimbra, 2008: p. 15).

Os dados apresentados pela Pordata, Tabela 3, evidenciam a população a frequentar a educação pré-escolar e ensino básico:

**Tabela 3 | N° de jovens matriculados no Pré-Escolar e Ensino Básico (2009- 2011)**

		2009	2010	2011
<b>Educação Pré-Escolar</b>	Ensino Público	1.128	1.062	1.063
	Total	3.533	3.518	3.473
<b>1.º Ciclo do Ensino Básico</b>	Ensino Público	9.066	8.844	8.573
	Total	11.763	11.063	9.5451

Fonte: Recolha de dados através de pesquisa no site do PORDATA, via “Matriculados: Pré-Escolar por subsistema de ensino” e “Matriculados: Básico por modalidades de ensino – público”.

Porém, nos últimos anos tem-se registado um decréscimo da população jovem e, conseqüentemente, do número de crianças e alunos(as) inscritos nos estabelecimentos educativos do município. No entanto, as projeções indicam que a procura educativa sofrerá um crescimento, até 2015, de 10,9% para a educação pré-escolar e decréscimo no 1.º ciclo do ensino básico, 19,1%. É, assim, importante conhecer a realidade da população em estudo, tal como indica a tabela 4:

**Tabela 4 | Evolução da população no município de Coimbra entre 2001 e 2011, nas faixas etárias dos 0 aos 14 anos**

	2001	2011
Dos 0 aos 4 anos	6.556	5.423
Dos 5 aos 9 anos	6.831	5.804
Dos 10 aos 14 anos	7.134	6.610
População total do município	148.443	143.396

Fonte: Recolha de dados através de pesquisa no site do PORDATA, via “População por grupos etários”.



### Parte 3 | O Inquérito

*Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido.*

Sir Arthur Lewis<sup>22</sup>

#### 1. Metodologia

Pretendendo-se o estudo da ação social escolar, com particular incidência na temática das refeições escolares, desenvolveu-se um inquérito à comunidade de pais e encarregados de educação com crianças no ensino Pré-Escolar e alunos(as) no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O inquérito por questionário incide numa recolha de informações e que visa dar resposta a uma determinada temática. Resume-se a uma sequência de perguntas aplicadas a uma amostra expressiva do grupo que se pretende estudar. Consiste, assim, em colocar a um conjunto de inquiridos(as) uma série de questões quanto “(...) às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse aos investigadores” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 160). De fácil tratamento dos dados, permite garantir o anonimato dos(as) inquiridos(as) e facilitar o ‘à vontade’ dos mesmos às perguntas colocadas.

Numa primeira fase, na modalidade de preenchimento online, o inquérito destinava-se a todos(as) aqueles que recebiam, via email, ementas e recibos das refeições escolares fornecidos à DE. Todavia, procurando-se abranger o maior número possível de pais e encarregados de educação, foi disponibilizado aos Jardins de Infância e Escolas do município uma versão em papel, assim como uma circular, por forma a informar e apelar ao preenchimento do mesmo.

Para a construção do inquérito online recorreu-se ao programa ‘Lime Survey’ enquanto que a análise final dos resultados foi obtida com recurso ao SPSS.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> William Arthur Lewis, nasceu em 1915 e morreu em 1991, foi economista britânico, galardoado com o Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel, em 1979 e tornando-se no primeiro negro a receber um Prémio Nobel numa categoria distinta à da Paz – Prémio Nobel da Economia.

Realizado nas últimas semanas de maio e inícios de junho, numa duração de três semanas, foram validados e analisados 744 inquéritos por questionário.

A elaboração deste inquérito procura verificar qual o grau de conhecimento e importância dos diversos auxílios/apoios prestados pela ação social escolar da CMC, assim como compreender se as queixas relativamente ao fornecimento de refeições escolares ainda se mantêm.

## **2. Observação dos resultados obtidos**

Por forma a contornar a existência de mais do que uma criança a frequentar os graus de ensino em análise, é pedido aos(às) inquiridos(as) que respondam com base no(a) filho(a) mais velho(a).

### **2.1. Caracterização da amostra inquirida**

Num total de 744 inquéritos realizados, 22% correspondem a inquiridos(as) com crianças a frequentar o ensino Pré-Escolar (164 respostas) e 78% correspondem a inquiridos(as) com alunos(as) a frequentar o 1.º Ciclo do Ensino Básico (580 respostas).

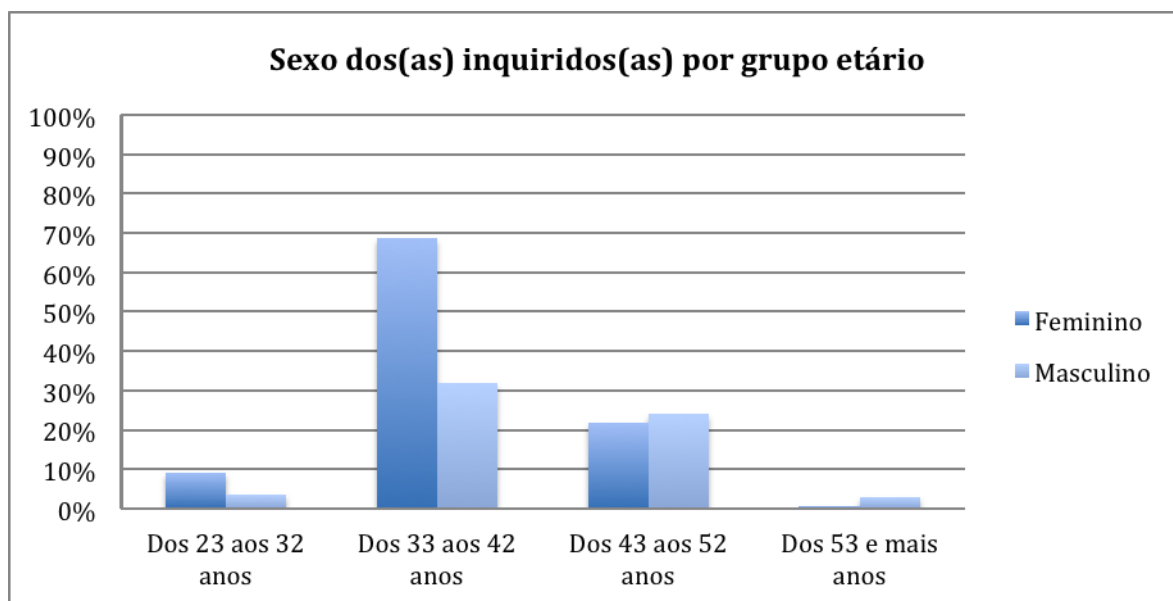
#### **2.1.1. Análise social, geográfica e económica**

Quanto ao sexo dos pais e encarregados de educação que responderam a este inquérito, verifica-se que 65,1% são do sexo feminino contra 33,7% do sexo masculino. Quanto ao grupo etário dos(as) inquiridos(as), verifica-se que se encontram tendencialmente entre os 33 e os 42 anos, 59,3% (Gráfico 3).

---

<sup>23</sup> O Lime Survey é um programa de uso livre para a aplicação de inquéritos online, utilizando o Microsoft Excel e o SPSS, entre outros, como base de armazenamentos dos dados.

**Gráfico 3 | Sexo dos(as) inquiridos(as) por grupo etário**



A localização geográfica dos(as) inquiridos(as) permite averiguar que 87,6% residem em freguesias do concelho de Coimbra, sendo as respostas essencialmente oriundas de Santo António dos Olivais (20,2%), Eiras (7,3%) e Santa Clara (6,2); contrariamente a 11% que indica residir fora do concelho de Coimbra, destacando-se, sobretudo, o concelho de Condeixa-a-Nova (3%) e Montemor-o-Velho (2,2%). Neste aspeto, o peso das maiores freguesias na amostra é um indicador de representatividade dos resultados alcançados.

Quanto ao estado civil da população inquirida, verifica-se que esta é, sobretudo, casada (75,3%), seguindo aqueles(as) que indicaram encontrar-se divorciados(as) (8,9%), solteiros(as) (8,%) e, por fim, viúvos(as) (0,5%).

Relativamente ao nível máximo de ensino completado pelos(as) inquiridos(as): 45,6% afirmam ter ‘completado o ensino superior’, contra 0,5% que indicam ter o ‘1.º ciclo do ensino básico’; 28,5% indica possuir o ‘ensino secundário’, 9,3% o ‘3.º ciclo do ensino básico’, 2,4% o ‘2.º ciclo do ensino básico’ e 1,2% indica ‘não ter completado o 1.º ciclo do ensino básico’.

Relativamente à caracterização económica da amostra, quando questionados sobre a situação laboral, 74,1% indicam tratar-se de ‘trabalhadores por conta de outrem’, 12,1% afirmam encontrar-se ‘desempregados’, 7,5% afirmam-se como ‘trabalhadores por conta



própria’, 1,5% indicam encontrar-se como ‘domésticos(as)’ e 0,8% em situação de ‘reforma’.

É, igualmente importante, caracterizar o número de elementos do agregado familiar indicado pelo(a) inquirido(a). Assim, verifica-se que este é maioritariamente composto por ‘3 a 4 elementos’ (78,4) contra aqueles que indicam ‘viver sozinhos(as)’ (0,3%) e aqueles que indicam um agregado familiar composto por ‘mais de 7 elementos’ (0,4%).<sup>24</sup> Quando analisados os valores respeitantes ao rendimento mensal líquido do agregado familiar do(a) inquirido(a), verificamos que: 20,3% indicam que este se encontra entre os ‘901 e os 1300€’, seguindo-se aqueles que afirmam possuir um rendimento de ‘1301 a 1700€’, 15,9%, assim como, rendimentos ‘acima dos 2101€’, 14,4%, ‘de 1701 a 2100€’, 12,9%. Em contrapartida, aqueles que afirmam possuir um rendimento mensal líquido ‘inferior a 500€’ são 7%, seguindo-lhe rendimentos de ‘501 a 700€’, 9% e ‘de 901 a 1300€’, 9,5%. Ou seja, estamos perante uma amostra com níveis tendencialmente mais baixos de desemprego em relação à média nacional e com níveis tendencialmente mais elevados de rendimentos em relação à média.

### **2.1.2. A criança na base de resposta**

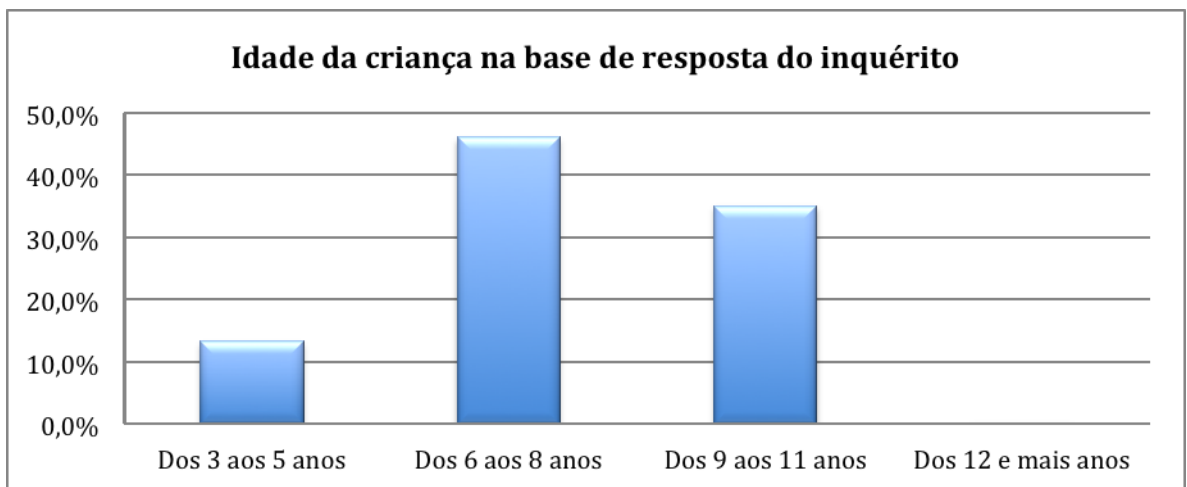
Como inicialmente demonstrei, a percentagem de inquiridos que indicam que o(a) seu(sua) educando(a) mais velho(a) – no caso de existir mais do que um(a) nos graus em análise – se encontram a frequentar o ensino Básico do 1.º Ciclo corresponde 78% contra 22% que indicam frequentar o ensino Pré-Escolar.

Assim, relativamente ao grupo etário da criança na base de resposta do inquirido, verifica-se que esta se encontra entre os 6 e os 8 anos (46,1%), tal como mostra o gráfico 4

---

<sup>24</sup> A opção ‘vive sozinho’ foi colocado no inquirido tendo por base pais e encarregados de educação que se encontrassem divorciados(as).

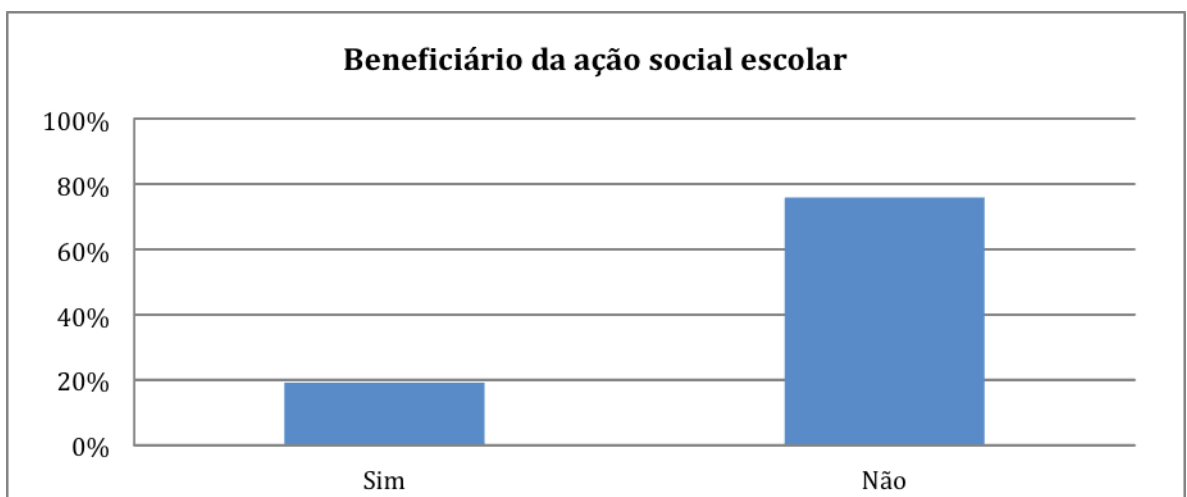
**Gráfico 4 | Idade da criança na base de resposta do inquérito**



### **2.1.3. Caracterização da ação social escolar**

Com o intuito de conhecer qual a percentagem de crianças e alunos(as) que possuem benefícios da ação social escolar e, uma vez beneficiário(a), qual o escalão atribuído, questionamos pais e encarregados de educação sobre a sua situação face à ação social. Assim, o gráfico 5 indica-nos que 75,9% afirmam ‘não’ possuir apoios/auxílios da ação social escolar, contra 19,2%. Destes, 10,9% indicam beneficiário do ‘escalão B’ enquanto 5,9% afirmam possuir o ‘escalão A’.

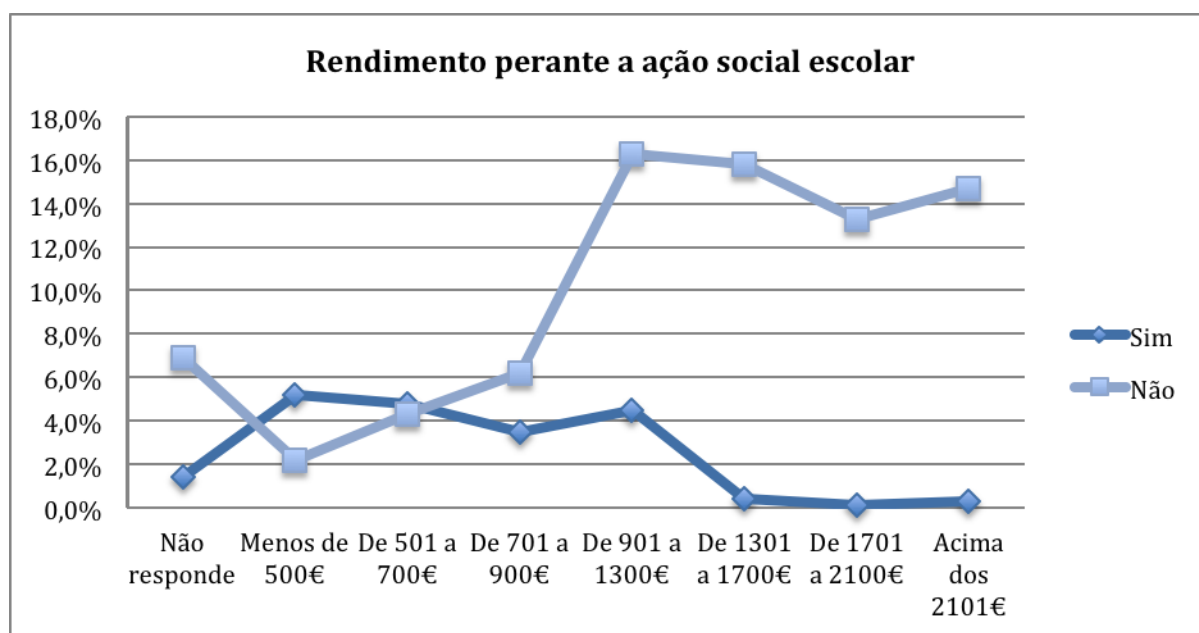
**Gráfico 5 | Beneficiário(a) da ação social escolar**



Considerando pertinente o cruzamento entre as variáveis relativas ao rendimento mensal líquido do agregado familiar e à sua situação perante a ação social, a análise do gráfico 6 permite observar que:

- a) aqueles que responderam beneficiar da ação social possuem rendimentos ‘inferiores a 500€’, 5,2%, seguindo-se os rendimentos de ‘501 a 700€’, 4,8% e ‘de 701 a 900€’, 3,5%;
- b) em contrapartida, verifica-se que aqueles que afirmam ‘não’ beneficiar da ação social escolar são aqueles cujo rendimento mensal líquido do agregado familiar se encontra entre os ‘701 a 900€’, 6,2%, seguindo ‘de 501 a 700€’, 4,3% e, por fim, ‘menos de 500€’, com 2,2%.

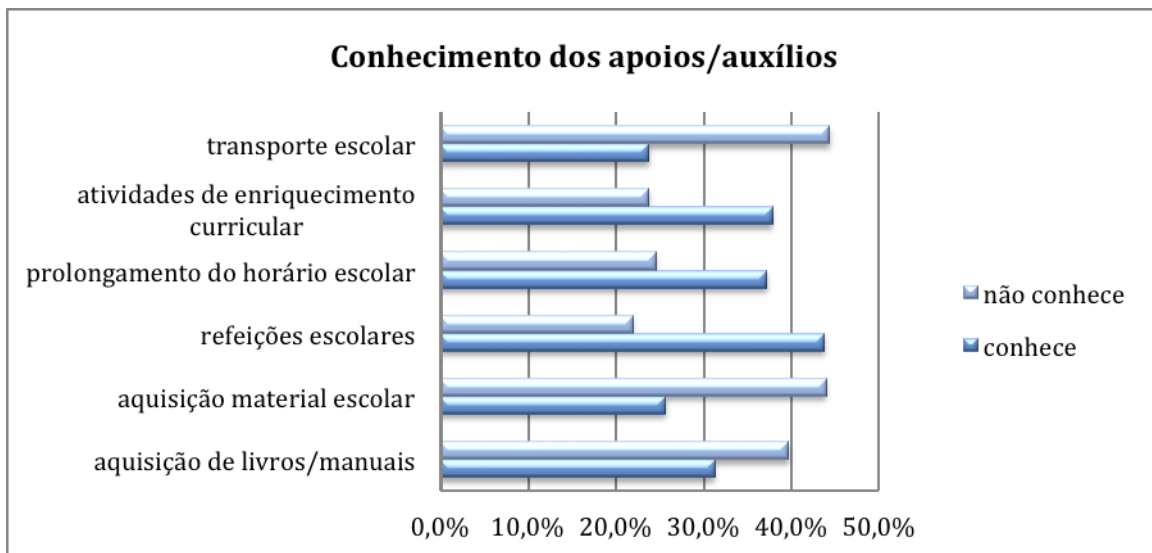
**Gráfico 6 | Rendimento mensal líquido do agregado familiar perante a situação na ação social escolar**



Por forma a conhecer qual o conhecimento dos pais e encarregados de educação sobre os diversos apoios/auxílios prestados pela ação social escolar da CMC, elaborei uma questão onde deveriam indicar se conheciam ou não aqueles apoios/auxílios. Os resultados obtidos – gráfico 7 – demonstram que os(as) inquiridos(as) afirmam conhecer o ‘apoio às atividades de enriquecimento curricular’ (37,9%) e ‘apoio ao prolongamento do horário’ (37,2%), assim como o ‘auxílio económico ao fornecimento de refeições escolares’

(43,8%). Em contrapartida, destaca-se que o ‘auxílio ao transporte escolar’ (44,4%) não é conhecido dos(as) inquiridos(as).

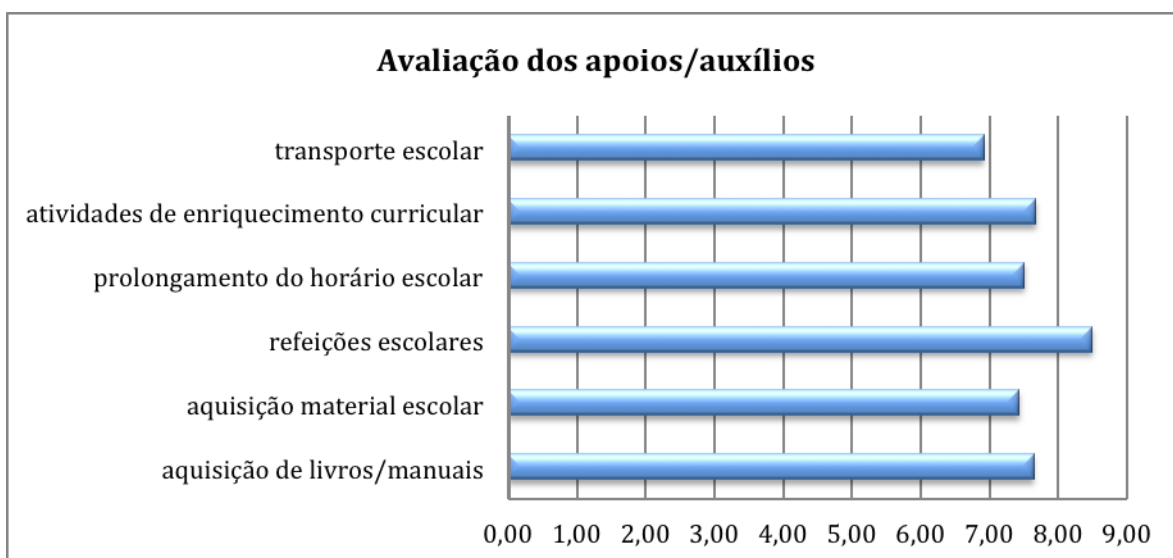
**Gráfico 7 | Conhecimento sobre os apoios/auxílios na ação social escolar**



É, importante, lembrar que as ‘atividade de enriquecimento curricular’ se destinam aos(as) alunos(as) a frequentar o 1.º Ciclo do Ensino Básico enquanto que o ‘apoio ao prolongamento do horário’ se destina às crianças do Jardim de Infância.

Quando questionados sobre os valores atribuídos a cada um dos apoios/auxílios indicados, obteve-se os seguintes resultados, gráfico 8:

**Gráfico 8 | Avaliação dos apoios/auxílios na ação social escolar**



Usando uma escala de 1 a 10, em que o 1 corresponde a ‘nada importante’ e o 10 a ‘muito importante’, verifica-se que, em média, aquele que obteve valor mais significativo se refere às refeições escolares (8,49) contra o auxílio prestado ao transporte escolar (6,92). Relativamente às atividades de enriquecimento curricular, obteve-se a média de 7,67 e de 7,65 para o auxílio para a aquisição de livros/material escolar, seguindo-se o apoio ao prolongamento do horário escolar (7,51) e auxílio para a aquisição de material escolar (7,43). Ou seja, as refeições escolares são significativamente vistas como o mais importante dos apoios.

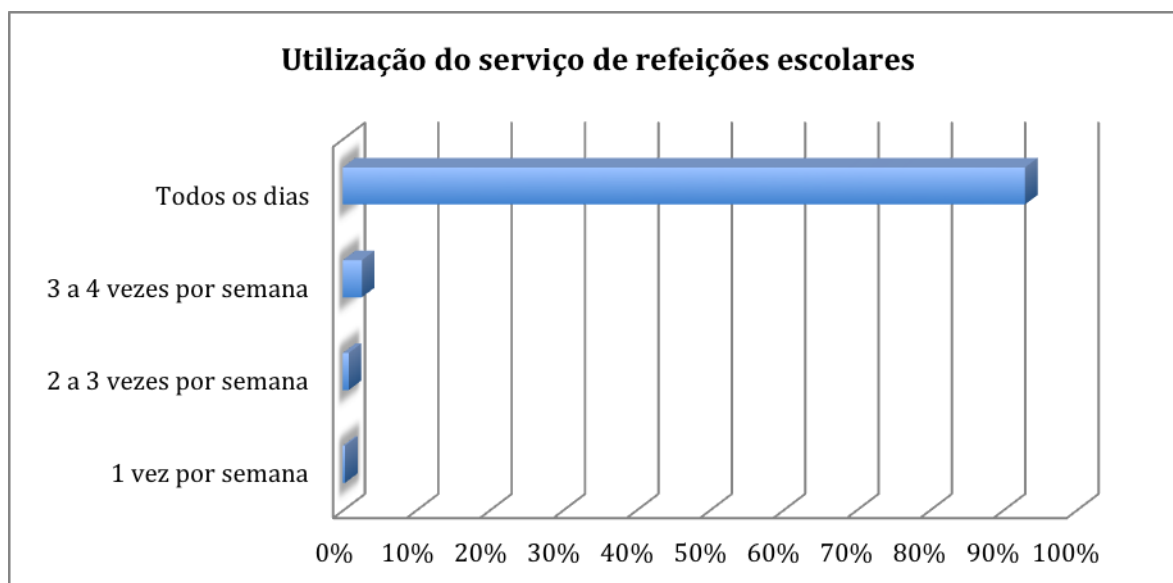
#### **2.1.4. Estudo dos resultados obtidos sobre as refeições escolares**

A realização deste estágio na DECMC, tal como já referi anteriormente, permitiu-me contactar com o universo da Educação, nomeadamente com o fornecimento de refeições escolares. Uma vez que é, sobretudo, sobre esta temática que se centra a minha análise, as próximas observações procuram esmiuçar as 744 respostas obtidas através deste inquérito e sobre esta temática.

Tal como já referi, no ano lectivo de 2011/2012, o município de Coimbra optou por alterar o fornecimento de refeições escolares nos Jardins de Infância e Escolas Básicas. Nesse mesmo ano letivo, registaram-se inúmeras queixas relativamente à qualidade e quantidade dos alimentos servidos às crianças abrangidas pela empresa privada responsável pelas refeições escolares. Porém, no ano lectivo de 2012/2013 e até fevereiro de 2013, as reclamações registadas quanto à qualidade e quantidade restringem-se a apenas uma reclamação. Mas, será que tal valor corresponde à realidade? Será que a alteração de uma para duas empresas privadas melhorou o fornecimento das refeições escolares? Estarão realmente os pais e encarregados de educação satisfeitos com as alterações introduzidas pela CMC? A estas perguntas procurarei responder através das próximas linhas e análises.

Em primeiro lugar é importante conhecermos com que frequência os(as) educandos(as) da população inquirida utiliza o serviço de refeições escolares. O gráfico 9 indica que: 93% das crianças e alunos(as) da amostra inquirida utiliza ‘todos os dias’ o serviço de refeições escolares.

**Gráfico 9 | Frequência de utilização do serviço de refeições escolares**



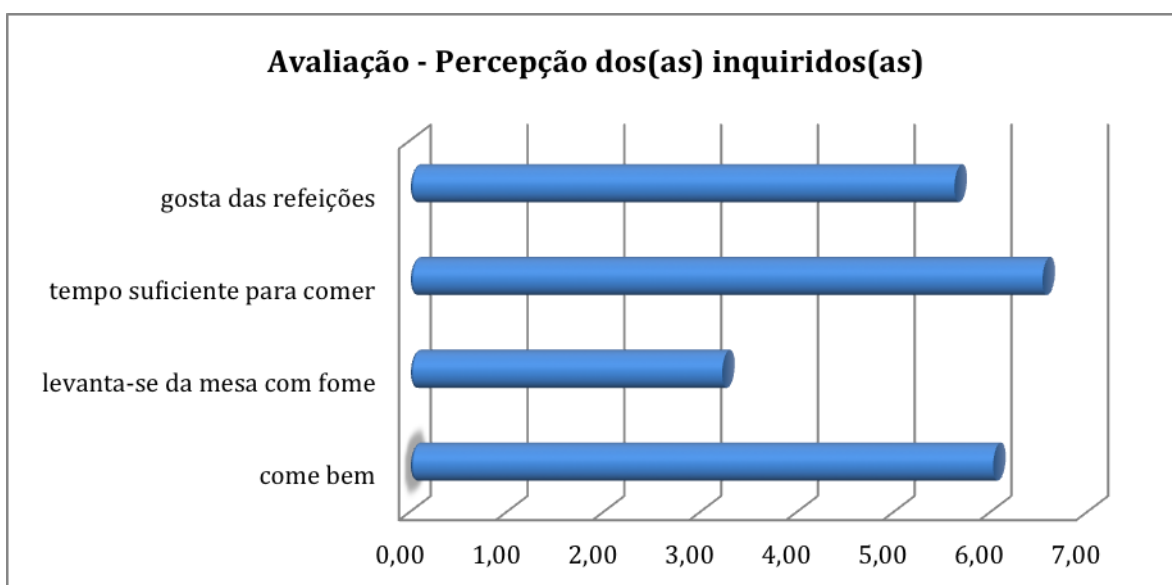
No entanto, quando indicadas as opções ‘1 vez por semana’ e ‘2 a 3 vezes por semana’, era pedido aos pais e encarregados de educação que indicassem os motivos. Assim, a tabela 5 indicará a percentagem obtidas para as diversas opções indicadas, assim como outros motivos:

**Tabela 5 | Motivos para a fraca utilização dos serviços de refeições escolares**

O horário laboral do meu agregado familiar permite que o(a) meu(minha) educando(a) almoce regularmente em casa	0,8%
Considero que o serviço não possui qualidade	0,3%
Por motivos religiosos	0%
O(a) meu(minha) educando(a) necessita de uma dieta alimentar específica por motivos de saúde	0%
Porque o serviço não me inspira confiança	0,4%
O(a) meu(minha) educando(a) não gosta	0,1%
Outros motivos:	
- ‘Considero que almoço melhor em casa, em termos de qualidade’;	0,2%
- ‘Por vezes tenho alguma disponibilidade’.	

Quanto à percepção dos pais e encarregados de educação sobre a opinião dos(as) seus(suas) educandos(as) acerca das refeições escolares, o gráfico 10 destaca avaliações significativas. Numa escala de 1 a 10, em que 1 significa ‘não concordo nada’ e 10 significa ‘concordo totalmente’, verifica-se que a avaliação mais baixa corresponde a considero que ‘o(a) meu(minha) educando(a) se levanta da mesa com fome’, em 3,24. A nota mais elevada vai para a afirmação: considero que ‘o(a) meu(minha) educando(a) dispõem de tempo suficiente para a refeição, em 6,55. Ou seja, para estes itens a avaliação é globalmente positiva.

**Gráfico 10 | Percepção dos(as) inquiridos(as) sobre as refeições escolares**



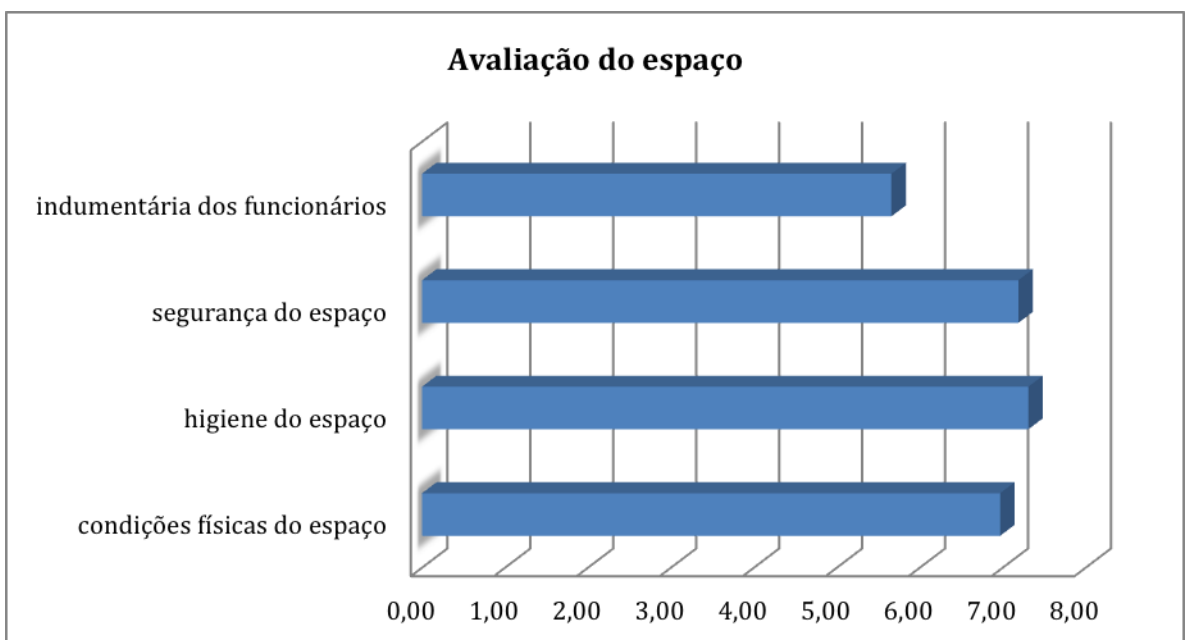
Relativamente ao conhecimento dos(as) inquiridos(as) sobre o espaço onde são servidas as refeições escolares, o gráfico 11, revela que: 93,7% ‘conhecem’ o espaço utilizado pelos(as) seus(suas) educandos(as).

**Gráfico 11 | Conhecimento do espaço onde são servidas as refeições escolares**



É, assim, pedido àqueles que afirmaram conhecer o espaço de refeições escolares que o avaliassem segundo quatro elementos. Portanto, numa escala entre 1 e 10, em que a avaliação 1 corresponde a 'nada adequado' e 10 a 'muito adequado', verifica-se, pelo gráfico 11, que: é na avaliação das 'indumentárias dos(as) funcionários(as)' que a nota é mais baixa, 5,66 enquanto que o valor mais elevado se verifica nas 'condições de higiene do espaço', 7,31.

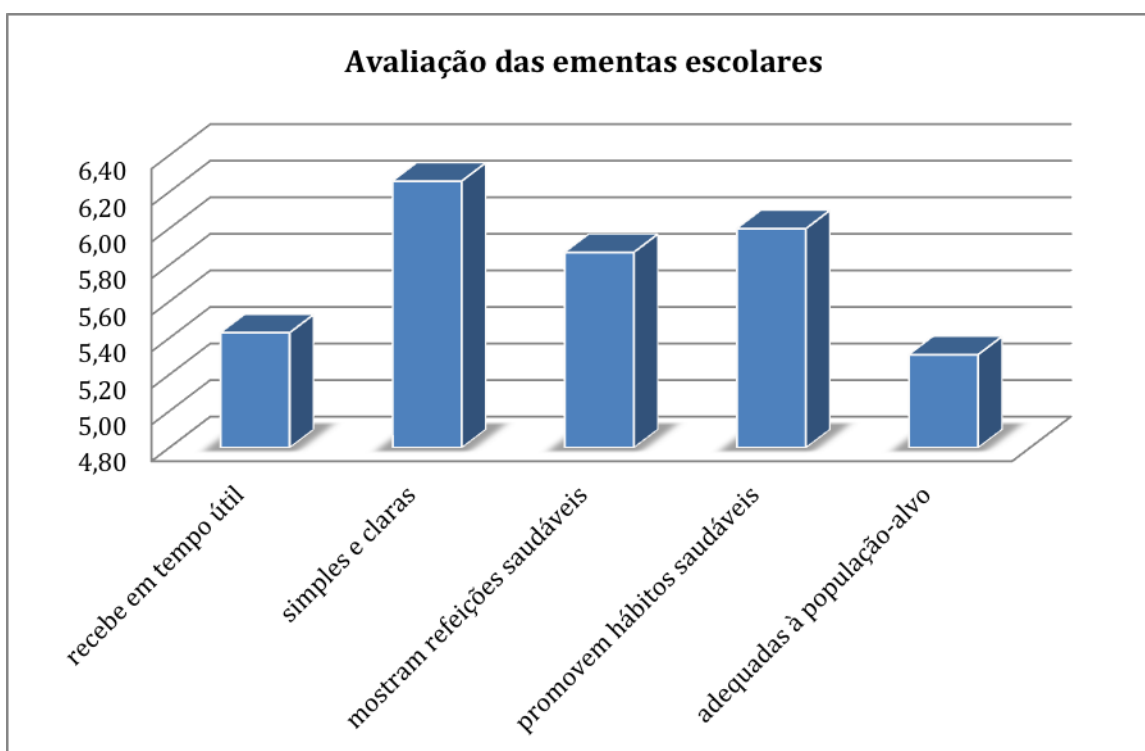
**Gráfico 12 | Avaliação do espaço**





Tendo em conta que uma das várias queixas registadas no ano lectivo de 2011/2012 se referiam as atrasos na publicação das ementas, assim como à “pouca transparência” das mesmas, a população inquirida é “convidada” a avaliar as ementas. Usando, novamente, uma escala de 1 a 10, em que o valor mais baixo corresponde a avaliação negativa e o mais elevado traduz uma avaliação positiva, examina-se, no gráfico 13, que mostra que, embora os resultados não sejam muito elevados, encontram-se na média de satisfação. Ou seja, em média, 6,29 avaliam as ementas como ‘simples e claras’ contra a avaliação de 5,31 relativamente a ‘as ementas encontram-se adequadas às necessidades do público-alvo’.

**Gráfico 13 | Avaliação das ementas escolares**



Quando questionados sobre se gostaria de colaborar na elaboração das ementas escolares, 80,6% indicam que ‘não’, contra 15,9% daqueles que afirmam gostar de participar na sua elaboração. Neste sentido, é pedido aos pais e encarregados de educação que responderam afirmativamente que indiquem formas de colaboração. De entre as 90 respostas obtidas, destaque:

- a) Realização das refeições pela escola;
- b) Cuidado no transporte e confecção dos alimentos;

- c) Refeições elaboradas com base em alimentos mais saudáveis;
- d) Através de inquéritos aos(às) alunos(as) ou aos pais e encarregados de educação sobre as preferências alimentares;
- e) Criação de um site/facebook onde fosse possível os pais e encarregados de educação debaterem/sugerir as ementas escolares.

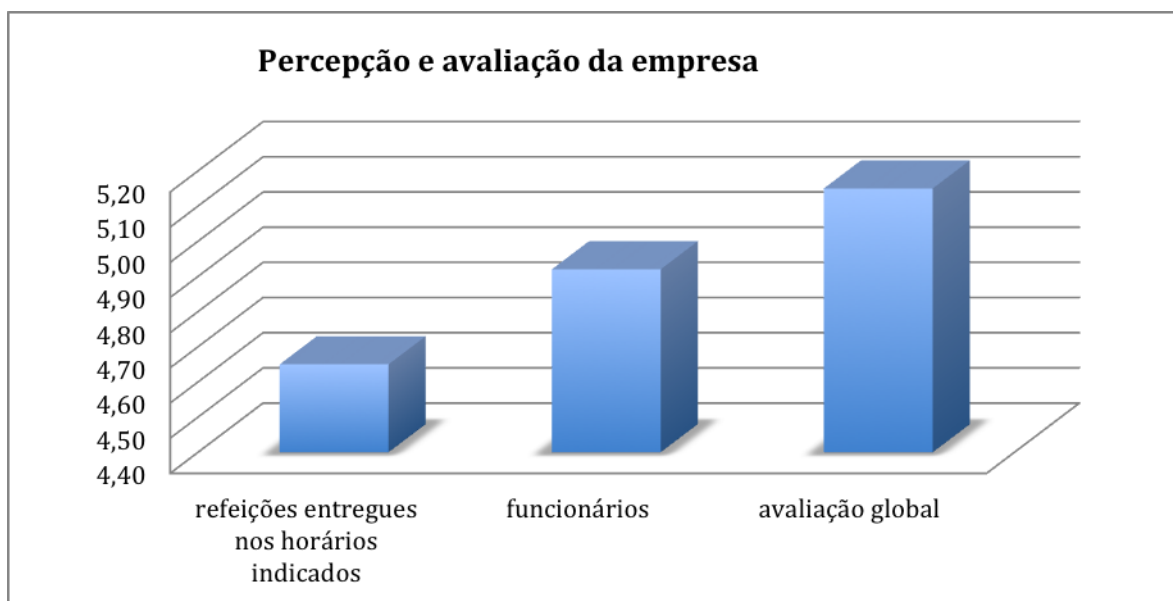
Interrogados sobre se conhecem ou não a empresa responsável pelo fornecimento de refeições escolares no estabelecimento de ensino do(a) seu(sua) educando(a), constata-se que 69,4% afirmam ‘conhecer’. Àqueles que conhecem, é pedido que avaliem uma série de afirmações utilizando a escala de 1 a 10. O gráfico 14 mostra que as avaliações conseguidas se encontram num nível de razoabilidade.

**Gráfico 14 | Conhecimento sobre a empresa responsável pelo fornecimento das refeições escolares**



Por conseguinte, relativamente à percepção sobre se as ‘quantidades fornecidas permitem repetir o todo ou a parte da refeição’, pais e encarregados de educação avaliam em 4,17, seguindo-se as ‘refeições são entregues no horário pré-definido’, 4,65 e o ‘número de funcionários(a) no acompanhamento das refeições’, com 4,92. No global, a ‘prestação da empresa’ fica-se pelos 5,15. Ou seja, é neste grupo de itens que as avaliações são mais baixas.

**Gráfico 15 | Percepção e avaliação da empresa de fornecimento de refeições escolares**



Relativamente à utilização do serviço de refeições escolares no próximo ano lectivo de 2013/2014, 89,9% dos pais e encarregados de educação indicaram que os(as) seus(suas) educandos(as) continuariam a utilizar.

**Gráfico 16 | Utilização do serviço de fornecimento de refeições no ano lectivo de 2013/2014**



Aos que indicaram que os(as) seus(suas) educandos(as) não continuariam a beneficiar do serviço de refeições escolares, é pedido aos pais e encarregados de educação que indiquem os motivos – assinalados na tabela 4:

**Tabela 6 | Motivos para a não utilização do serviço de refeições escolares em 2013/2014**

O(a) meu(minha) educando(a) transitará para o 2.º Ciclo do Ensino Básico	5,1%
O(a) meu(minha) educando(a) não gosta do serviço de refeições escolares	1,7%
O(a) meu(minha) educando(a) almoçará em casa	1,5%
Outros motivos:	
- ‘Espero que contratem outra empresa’	
- ‘Só não almoçará em casa se o meu horário não permitir’	0,6%
- ‘Vai para fora do país’	
- ‘Pouco tempo para as refeições’	

É, também, pertinente compreender qual a avaliação que os pais e encarregados de educação fazem do preço das refeições escolares. Assim, obteve-se uma avaliação de 6,46 numa escala de 1 a 10, sendo que o valor mais elevado corresponde a muito adequado.

Por fim, os(as) inquiridos(as) são “convidados(as)” a deixar sugestões de melhoria no fornecimento de refeições escolares. Por conseguinte, verifica-se um elevado n.º de respostas que demonstram o descontentamento dos/as inquiridos/as sobre esta temática, categorizando-se as sugestões/queixas em:

- Retomar o antigo sistema de fornecimento de refeições escolares;
- Refeições mais saudáveis, com melhor escolha dos alimentos;
- Possibilidade de desmarcar as refeições no próprio dia;
- Funcionários/auxiliares com preparação adequada às funções (higiene e apoio às crianças, formação em socorrismo).

## 2.2. Principais conclusões

Numa amostra de 744 inquiridos, apuramos que se tratam maioritariamente de respostas: do sexo feminino, entre os 33 e os 42 anos, residentes em freguesias do concelho de Coimbra (com especial destaque para Santo António dos Olivais), casados(as) e cujo nível máximo de ensino completo é o ensino superior. Apuramos, igualmente, a predominância de inquiridos(as) a trabalhar por conta de outrem, cujo os elementos de composição do seu agregado familiar corresponde entre 3 e 4 elementos e rendimento mensal líquido do agregado a rondar entre os 901 e os 1300€.

Verificamos, por outro lado, que as percentagem de respostas obtidas se referem ao ensino Básico do 1.º Ciclo, cujo o grupo etário das crianças varia entre os 6 e os 9 anos.

No entanto, a análise dos(as) crianças e alunos(as) beneficiários(as) da ação social escolar é perigosa, uma vez que, e segundo informações online da CMC, a taxa de cobertura deste apoio/auxílio é de 35%. Porém, quando analisadas as respostas, entendemos que apenas 19,2% indicam usufruir da ação social escolar, contra 75,9%. Considera-se, por conseguinte, esta análise perigosa e pouco evidente da realidade social dos(as) seus(suas) beneficiários(as).

À luz dos resultados obtidos, tendo em conta as especificidades dos resultados obtidos, não podemos indicar que estes evidenciam a realidade social e económica dos(as) munícipes com crianças e alunos(as) na Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Sobre a problemática das refeições escolares, a amostra da população inquirida demonstra que existe um grande descontentamento quanto à decisão da Câmara e em relação às empresas privadas. Pelas respostas obtidas, podemos concluir que a alternativa às IPSS agravou a qualidade e quantidades das refeições servidas, pedindo muitos pais e encarregados de educação o regresso ao sistema antigo. É, ainda, pedido à Câmara que procure vigiar as empresas de confecção e distribuição através de visitas surpresas e controlo das amostras, assim como possibilitar aos pais e encarregados ou representantes destes a visita surpresa aos locais onde são servidas as refeições.

Por conseguinte, é sugerido à Câmara o regresso à antiga prática de confecção e fornecimento de refeições escolares ou, em alternativa, a troca das empresas responsáveis pelo serviço.

A crescente preocupação dos pais e encarregados de educação sobre as questões de saúde das crianças e alunos(as) é outro dos aspectos focados no inquérito. A população inquirida exige alimentos mais saudáveis, por forma a promover hábitos e estilos de vida saudáveis. Sugerem-se, assim, mais fruta, legumes e saladas e promoção de estilos vida alternativos, como vegetarianismo.

Por fim, de entre as várias sugestões deixadas à CMC, pede-se mais formação para os(as) funcionários(as) das cantinas e auxiliares de ação educativa. Assim, se por um lado, pedem-se formações para os(as) funcionários(as) das cantinas no âmbito da segurança e higiene alimentares, por outro, aos(as) auxiliares de ação educativa sugerem-se formações na área dos primeiros socorros.



## Conclusão

A realização do presente relatório de estágio curricular pretendeu analisar a opinião dos pais e encarregados de educação sobre algumas áreas de atuação da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Coimbra, nomeadamente, nas alterações verificadas na confecção e distribuição de refeições escolares.

Ao desenvolver, entre janeiro e maio de 2013, o meu estágio na DECMC pude contactar com uma área temática, até então, pouco familiar para mim. Embora desde sempre me tenha interessado pelas questões da Educação, a verdade é que, a temática das refeições escolares era-me totalmente desconhecida. O contacto com esta realidade permitiu-me, não só, aprofundar conhecimentos como aprender outros.

A Educação é, talvez, uma das áreas mais importantes da sociedade. Apostar na Educação é apostar numa sociedade melhor, mais evoluída, num futuro melhor. Pitágoras escrevera “Educai as crianças, para que não seja necessário punir os adultos”.<sup>25</sup> No entanto, numa altura em que a crise financeira parece apodera-se de todos os campos da vida social, não poupando nenhuma delas, a Educação enfrenta novos dilemas e dificuldades.

Por outro lado, a crescente ‘municipalização’ da Educação, ou seja, a transferência de mais competências às autarquias locais demonstra o papel fundamental desta, como instituições próximas dos(as) cidadãos(as) e da sua realidade.

A análise dos resultados obtidos permitiu entender a importância que as refeições escolares assumem na vida das crianças e alunos(as) do município de Coimbra. Sabemos que pais e encarregados de educação se encontram em alerta para a sua qualidade, exigindo que não se olhe a custos na hora de alimentar os(as) seus(suas) educandos(as). São, ainda, sugeridas formações no âmbito dos primeiros socorros aos(às) auxiliares de ação educativa e funcionários(as), demonstrando a preocupação dos(as) responsáveis educativos para as questões de segurança.

Porém, notícias recentes e preocupantes, alertam para a existência de quase 13 mil alunos(as) sinalizados com carências alimentares, em 2012:

---

<sup>25</sup> Pitágoras (570-500 a.C.), nascido na Grécia. Matemático, é o autor do famoso ‘Teorema de Pitágoras’ e enormes contributos nos conhecimentos matemáticos, geométricos e filósofos.



A pobreza entrou de rompante nas salas de aula e sentou-se na primeira fila. Este ano, professores e funcionários de escolas de todo o País ficaram a saber que, quando uma criança aparece no gabinete do diretor a queixar-se de dores de barriga, durante a manhã, poderá ser porque tem fome. À segunda-feira, ao almoço, é também comum ver alunos a chegarem, impacientes, ao refeitório e a pedirem para repetir a dose. (Filol, *et al.*, 2012)

Em Coimbra, a situação não é diferente ao panorama nacional. Em 2011, o então vereador da Educação, João Orvalho, alertava para a existência de “cada vez mais alunos a chegar com fome à escola”. Já, em 2010, a Cáritas de Coimbra parecia alertar para este problema:

A indicação segue-se a um alerta da Câmara de Coimbra, que afirma estar a aumentar o número de crianças mal nutridas, sobretudo, quando chegam às escolas depois do fim-de-semana. (...) Há indícios que levam a pensar nisso, nomeadamente os índices de rendimento escolar e a atenção manifestada pelas crianças da parte da manhã. (Santos, 2010)

Estudos demonstram que, crianças com fome, revoltam-se, respondem mal, pioram o rendimento escolar.

Por conseguinte, os municípios enfrentam novos desafios, não só no que toca ao contorno da crise económica com os escassos recursos que muitos possuem, como também a combater às situações de carência alimentar de crianças e alunos(as).

Coimbra, enquanto cidade dos(as) alunos(as), não deve ‘desprezar’ a Educação. Antes, deve apostar cada vez mais, apostando no combate à carência alimentar. Talvez possa parecer pouco, mas do pouco, nascem as diferenças.

Porque, tal como referi no início do capítulo número três, “A Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido” (Sir Arthur Lewis).

## Referências bibliográficas

- Baixinho, António (2008), “Educação e Autarquias em Portugal. Lógicas de Acção do Poder Autárquico em Face do Poder Central e dos Micropoderes Locais”. *Eccos, Revista Científica*, vol. 10, p. 233-254
- Câmara Municipal de Coimbra (2008), *Carta Educativa do Município de Coimbra: 2008-2015*. Coimbra
- Cerca, Inês Maria Leal Oliveira (2007), “Poder Local e Educação: que relação? – A descentralização de competências educativas para o poder local”. *Dissertação de mestrado em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Cruz, Maria Clara Monteiro Freire da (2012), “Conselhos Municipais de Educação: política educativa e acção pública”. *Doutoramento em Educação, Administração e Política Educacional*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação
- Martins, Helena Maria Arcanjo Coelho (2007), “Os Municípios e a Educação: estudo das modalidades de gestão das AEC”. *Tese de Mestrado em Análise Social e Administração da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro
- Pereira, Martinho Rocha (2010), “Municípios e Educação em Portugal: um processo de ‘municipalização’?”. *Tese de Mestrado em Ciências da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- Teixeira, José; Truninger, Mónica; Horta, Ana; Alexandre, Sílvia e Aparecida, Vanda (2012a), “A Evolução do Sistema de Refeições Escolares em Portugal (1933-2012): 1.º relatório de pesquisa”. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Teixeira, José; Truninger, Mónica; Horta, Ana; Alexandre, Sílvia e Aparecida, Vanda (2012b), “Alimentação, Auteridade e Criatividade: Consumo e Cidadania nas Cantinas Escolares”. VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade, Crise e Reconfigurações. Porto: Universidade do Porto
- Vilarinho, Maria Emília (2001), “E... depois da ‘paixão’? Contributo para a análise sociológica das políticas de educação pré-escolar em Portugal”. *Educação, Sociedade & Cultura*, n.º 17, p. 89-111.

## Formato electrónico

Câmara Municipal de Coimbra (2013), “Educação”. Página consultada entre janeiro e agosto de 2013. Disponível em: <http://www.cm-coimbra.pt>

Citador (2013), “Lucius Annaeus Seneca”. Página consultada em maio de 2013. Disponível em: <http://www.citador.pt/frases/citacoes/a/lucius-annaeus-seneca>

E-Biografias (2013), “Nelson Mandela”. Página consultada em maio de 2013. Disponível em: [http://www.e-biografias.net/nelson\\_mandela/](http://www.e-biografias.net/nelson_mandela/)

Educação (2013), “Ação Social Escolar: apoio aos alunos”. Página consultada em maio de 2013. Disponível em: [http://www.educacao.te.pt/pais\\_educadores/index.jsp?p=86&id\\_art=271](http://www.educacao.te.pt/pais_educadores/index.jsp?p=86&id_art=271)

Mendonça, Alice (s.d.), “A Evolução da Política Educativa em Portugal”. Página consultada em janeiro de 2013. Disponível em: <http://www3.uma.pt/alicemendonca/conteudo/investigacao/evolucaodapoliticaeducativaemPortugal.pdf>

Pordata (2013), “Base de Dados por Municípios: Educação”. Página consultada em maio de 2013. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Municipios>

Simões, Rosa Alexandrina Moreira e Mendes, António Augusto Neto (s.d.), “A Participação dos Municípios na Educação: subsídios para o estudo das políticas de descentralização em Portugal”. Página consultada em janeiro de 2013. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/40.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/40.pdf)

Sua Pesquisa (2012), “Pitágoras – Biografia”. Página consultada em agosto de 2013. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/pesquisa/pitagoras.htm>

Wikipédia (2013), “William Arthur Lewis”. Página consultada em Maio de 2013. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/William\\_arthur\\_lewis](http://pt.wikipedia.org/wiki/William_arthur_lewis)

## Notícias

Alves, António (2011), “Há cada vez mais alunos a chegar com fome à escola em Coimbra”. *Diário As Beiras*. 8 de fevereiro de 2011. Consultada em agosto de 2013. Disponível em: <http://www.asbeiras.pt/2011/02/ha-cada-vez-mais-alunos-a-chegar-com-fome-a-escola-em-coimbra/>

Alves, António (2012), “Problemas nas refeições escolares vão continuar, segundo a União das IPSS de Coimbra”. *Diário As Beiras*. 22 de agosto de 2013. Consultada em maio de

2013. Disponível em: <http://www.asbeiras.pt/2012/08/problemas-nas-refeicoes-escolares-vao-continuar-segundo-a-uniao-das-ipss-de-coimbra/>

Cidade, Carlos (s.d.), “Coimbra: Vereador do PS queixa-se do concurso para refeições escolares”. *Correio da Manhã*. 5 de fevereiro. Consultada em maio de 2013. Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/ultima-hora/coimbra-vereador-do-ps-queixa-se-eo-concurso-para-refeicoes-escolares>

Diário de Coimbra (2011), “Capa Diário de Coimbra”. *Diário de Coimbra*. 16 de setembro de 2011. 2 de novembro de 2011. Consultada em maio de 2013. Disponível em: [http://www.skygardenadventure.com/wp-content/uploads/2013/01/2011-09-16\\_Diario\\_de\\_Coimbra.pdf](http://www.skygardenadventure.com/wp-content/uploads/2013/01/2011-09-16_Diario_de_Coimbra.pdf)

Fiol, Joana; Oliveira, Luísa; Fonseca, Patrícia e Campos, Teresa (2012), “Matar a fome na escola”. *Visão*. 26 de dezembro de 2012. Consultada em agosto de 2013. Disponível em: <http://visao.sapo.pt/matar-a-fome-na-escola=f703911>

Jornal I (2012), “Coimbra. Câmara adjudica serviço de refeições escolares a duas empresas”. *Jornal I*. 27 de agosto de 2012. Consultada em maio de 2013. Disponível em: <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/coimbra-camara-adjudica-servico-refeicoes-escolares-duas-empresas>

Lusa (2012), “Câmara mantém empresa que fornece refeições escolares”. *Diário de Notícias*. 20 de fevereiro de 2012. Consultada em maio de 2013. Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=2316841&seccao=Centro&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2316841&seccao=Centro&page=-1)

Lusa (2012), “São quase 13 mil os alunos sinalizados com carências alimentares”. *Rádio Renascença*. 29 de novembro de 2012. Consultada em agosto de 2013. Disponível em: [http://rr.sapo.pt/informacao\\_detalhe.aspx?fid=25&did=87146](http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=25&did=87146)

Santos, José Marques dos Santos (2010), “Há crianças a passar fome em Coimbra”. *Sociologias*. Consultada em agosto de 2013. Disponível em: <http://sociologias-com.blogspot.pt/2010/11/ha-criancas-passar-fome-em-coimbra.html>